

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Nuno Filipe Miguel da Silva

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVI Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A actividade policial nos grandes eventos
políticos:**

A influência das notícias radiofónicas na percepção social

Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Coorientador:

Intendente, Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 23 de Abril de 2014

Nuno Filipe Miguel da Silva

A actividade policial nos grandes eventos políticos:

A influência das notícias radiofónicas na percepção social

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e coorientação do Intendente, Mestre Sérgio Felgueiras.

Agradecimentos

A conclusão de qualquer fase da nossa vida pressupõe a transposição para um patamar quase sempre mais complexo, exigindo, assim, a realização de uma introspecção que nos permita aperceber e assimilar as evoluções a que fomos sujeitos. O caminho da glória, quase sempre penoso, exige a superação individual na dizimação dos obstáculos. Contudo, este caminho não é, nem pode ser, percorrido solitariamente. E é principalmente nos momentos em que somos traídos pela angústia que as pessoas que nos circundam e que nos estimam se erguem, acolhendo-nos e estimulando-nos a continuar. Chegou o momento de lhes agradecer.

Aos meus pais por todo o amor, carinho e educação transmitidos ao longo da minha vida. A minha vitória é vossa.

À minha irmã pelos conselhos, pela compreensão constante, enfim, pelo apoio que sempre me deste e que me permite saber que posso contar contigo em todas as situações.

A ti, Patrícia, pelo afecto que sempre me ofereceste ao longo de todos estes anos e, principalmente, pela compreensão demonstrada em todos os momentos mais difíceis. Sem ti tudo seria mais penoso.

Ao Diogo Santos, ao Xavier Rosado e ao Paulo Martins, pela amizade incessante que nos uniu durante todo este longo percurso. Caminhar com amigos assim é sempre mais fácil.

A vocês, amigos, pelos momentos fantásticos que me proporcionaram ao longo deste trajecto, contribuindo para a minha felicidade e para o meu enriquecimento enquanto pessoa.

À Prof.^a Doutora Lúcia Pais, pelo amparo constante na elaboração deste trabalho. Os seus conhecimentos, aliados à contínua disponibilidade e à dedicação que emprega em todos os projectos fazem com que me sinta um privilegiado em ter trabalhado consigo. Ao Senhor Intendente Felgueiras, pela coorientação e pelos ensinamentos que foram transmitidos e que enriqueceram este trabalho.

A todos vocês, o meu sincero obrigado.

Resumo

Uma das principais formas de efectivação do ideal democrático é, precisamente, a partilha ilimitada de conhecimento. Parte da responsabilidade recai sobre os órgãos de comunicação social (OCS), sendo fundamentais na atribuição de significados que permitam a compreensão da realidade social e das instituições que constituem o sistema social. A rádio sempre se distinguiu pela sua simplificação no processo comunicativo, nomeadamente através da difusão de informação compreensível pelos mais desfavorecidos. A actividade policial, principalmente em contextos de grande relevância sociopolítica, é alvo de um escrutínio constante por parte das sociedades hodiernas, essencialmente através da sua mediatização. Desta forma, e para a grande maioria dos indivíduos, os *media* constituem o principal mediador da realidade das intervenções policiais. Através do recurso a uma abordagem qualitativa e analisando o conteúdo das notícias difundidas pela rádio durante o ano de 2013, interessa perceber as grelhas de compreensibilidade transmitidas por este OCS e que definem a realidade da actuação policial, em contexto de grandes eventos de cariz político. Os resultados evidenciam o enfoque noticioso na descrição e caracterização dos eventos e dos manifestantes em detrimento das razões que estão na origem da sua realização; a ausência da identificação da maioria das fontes policiais enunciadas de forma indirecta; e, ainda, a prevalência de informação respeitante à descrição e às consequências da actuação policial, em detrimento da exposição dos seus motivos.

Palavras-chave: comunicação de massas; *media*; polícia; policiamento; grandes eventos

Abstract

One of the main forms of the effective democratic ideal is precisely the unlimited sharing of knowledge. Part of the responsibility falls upon the mass media, being fundamental in the assigning of meanings that allow the understanding of social reality and of the institutions that form the social system. Radio has always distinguished itself by its simplification of the communication process, namely, by the diffusion of the understandable information by the less favoured. Police activity, mainly in the context of major socio-political relevance, is the subject of constant scrutiny on the part of today's societies, primarily through its media coverage. In this way and for most people, the media are the main mediators of the reality of police interventions. Through the use of a qualitative approach and by analyzing the content of the news transmitted by the radio throughout 2013, it is important to understand the comprehensibility grids transmitted by these mass media, which define the reality of policing, in the context of major events of a political nature. The results show the news focus on the description and characterization of the events as well as of the protestors in detriment of the reasons that are at the source of why events take place, the absence of identification of the majority of police sources listed in an indirect form and furthermore the prevalence of information concerning the description and the consequences of policing, in detriment of the exposure of their motives.

Key-words: mass media; media; police; policing; major events

Índice

Índice de Anexos	vi
Índice de figuras	vii
Introdução	1
I. Enquadramento teórico	3
1. Os meios de comunicação	3
1.1. Comunicação e Informação mediatizada	3
1.2. A comunicação de massas	5
1.3. O poder: da perspectiva Marxista à “espiral do silêncio”	7
1.4. A notícia	8
1.4.1. Dos critérios de noticiabilidade à comunicação segmentada.....	9
1.4.2. O sensacionalismo: um critério económico	11
1.5. A rádio	13
1.6. A influência dos OCS	16
1.6.1. A dependência dos meios de comunicação.....	16
1.6.2. Da teoria hipodérmica aos efeitos mínimos (<i>minimal effects</i>).....	17
1.7. O efeito dos conteúdos	18
1.7.1. A opinião pública e o <i>agenda-setting</i>	19
1.7.2. O <i>Framing</i> e a credibilidade das fontes	22
2. A Polícia.....	24
2.1. Enquadramento conceptual	24
2.2. A Polícia e os meios de comunicação social	27
2.3. Polícia de ordem pública	29
3. Formulação do problema.....	31
II. Método	35
1. Abordagem qualitativa.....	35
2. <i>Corpus</i>	36
3. Instrumento: Análise de conteúdo	37
4. Procedimento	40
III. Apresentação, análise e discussão dos resultados	43
1. Visão geral	43
2. Origem/fontes de informação	46
3. Os eventos.....	54
4. Os participantes nos eventos: manifestantes e Polícia.....	56
IV. Conclusões	59
Referências	63

Índice de Anexos

ANEXO 1. Estrutura inferencial	72
ANEXO 2. <i>Priming</i>	73
ANEXO 3. <i>Trial by media</i>	74
ANEXO 4. Cidadão-jornalista	75
ANEXO 5. Notícias que constituem o <i>corpus</i>	77
ANEXO 6. Pedido de autorização à base CISION	80
ANEXO 7. Grelha categorial	81
ANEXO 8. Resultados obtidos da análise das notícias	90

Índice de figuras

Figura 1. Distribuição em percentagem das notícias por evento.....	43
Figura 2. Distribuição em percentagem das u.r. por categoria.....	45
Figura 3. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Direto (C).....	46
Figura 4. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Indireto (E) ...	50
Figura 5. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Instâncias (D).....	51
Figura 6. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G).....	52
Figura 7. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Enquadramento/Descrição (F)	54
Figura 8. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Manifestantes (A)	56
Figura 9. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria PSP (B)	57

Introdução

Como afirmam Tække e Paulsen (2010, p. 4) “sem linguagem não existe sociedade”. A comunicação para além de permitir o relacionamento entre os vários indivíduos, fá-los ser o produto e, simultaneamente, os criadores da sua cultura e da sociedade (Bordenave, 1997), adaptando os processos comunicacionais à evolução social, ideológica e tecnológica. Desta forma, os órgãos de comunicação social (OCS) assumem um papel fundamental não só na disseminação do conhecimento mas, também, na criação e manutenção de estruturas culturais que regem as sociedades. Assim, a extrapolação da sua interferência vai além dos efeitos individuais: eles influenciam o funcionamento das instituições que constituem o sistema social, com repercussões profundas na sua organização. Como refere Serra (2007), os *media* estão, hoje, longe de ser meros “meios” ou “instrumentos” de que o Homem se serve para transmitir uma mensagem: eles são uma espécie de prolongamento do Homem sobre o que o rodeia. Assim, através da difusão de notícias que transmitem “um facto actual que tem interesse geral” (Cardet, 1988, p. 38), os OCS vão criando realidades subjectivas (Correia, 1998), configurando enquadramentos que podem se distanciar da factualidade.

A função da Polícia no seio das sociedades hodiernas baseia-se na intervenção em todas as actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais (Clemente, 1998). Assim, e aliado ao facto de esta deter o poder de, em caso de necessidade, poder compelir os outros a fazer algo (Klockars, 1985), faz com que esteja, constantemente, sob o olhar atento de todo o sistema social. Desta forma, e porque a compreensão e aprovação das suas acções depende, em grande medida, da legitimação de toda a sua actividade e, conseqüentemente, da actividade mediática que permite aos indivíduos contactarem com esta realidade (para muitos esta é a única maneira de contactarem com estes temas), surge a pertinência de estudar o discurso dos OCS sobre a actuação policial nos grandes eventos políticos.

Este trabalho insere-se na Linha de Investigação sobre a percepção da comunicação social acerca da actividade policial em grandes eventos políticos, desenvolvida no âmbito dos trabalhos do Laboratório de Grandes Eventos, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). O seu principal objectivo passa por, através de uma análise qualitativa do conteúdo das notícias difundidas pelos OCS relacionadas com a actuação policial em contexto de grandes eventos,

compreender os esquemas interpretativos que são difundidos e que adquirem um papel importante na formação da opinião do público em relação à Polícia. Nesta senda, foi feita uma análise dos conteúdos difundidos pela rádio que, devido à simplificação dos seus processos comunicacionais, constituem, hoje, um importante aliado dos indivíduos.

Este trabalho divide-se em quatro partes distintas. Inicialmente é feito um enquadramento das teorias atinentes à comunicação, discorrendo sobre assuntos como a informação mediatizada, a comunicação de massas e a notícia, nomeadamente os seus critérios de selecção. Os efeitos dos conteúdos surgem como premissas fundamentais para a compreensão das suas possíveis interferências, e constituem uma importante base conceptual na análise empírica que é feita posteriormente, permitindo a realização de inferências que ultrapassem os limites do que é observável nesses textos. A rádio e as suas peculiaridades não são esquecidas, nomeadamente a utilização (apenas) do estímulo auditivo para alcançar e transmitir realidades bastante complexas. Por fim, uma breve alusão ao conceito de Polícia, à luz das funções desempenhadas, essencialmente, no seio das sociedades europeias e que fazem com que seja uma das instituições com maior preponderância internacional.

A segunda parte do trabalho inicia-se com a apresentação do método que conduziu todo o estudo empírico. O recurso a uma abordagem qualitativa permitiu a análise do conteúdo das notícias que constituem o *corpus*, difundidas pela rádio durante o ano civil de 2013 respeitantes à actuação policial nas manifestações. Para tal foram usadas grelhas de análise que permitiram, através da categorização, a redução da complexidade do ambiente e, assim, a compreensão dos esquemas interpretativos difundidos, as suas (possíveis) causas e as suas (possíveis) consequências. Para que todos estes processos sejam revestidos de validade científica todos os procedimentos adoptados são, minuciosamente, descritos, possibilitando a replicação do estudo.

Na terceira parte é realizada a apresentação e a discussão dos resultados obtidos, através de uma reflexão entre as componentes teórica e empírica presentes no trabalho. Assim, na parte final de todo o estudo são feitas algumas inferências sobre o discurso noticioso em análise, permitindo a efectivação de conclusões relevantes e pertinentes para a Linha de Investigação, para a Polícia de Segurança Pública (PSP) e para futuros trabalhos desenvolvidos nesta área. Os resultados demonstraram o descuramento dos *media* no agendamento referente à actuação policial em eventos marcadamente pacifistas, e a preferência da Polícia em intervir na esfera mediática antes da realização dos eventos.

I. Enquadramento teórico

1. Os meios de comunicação

1.1. Comunicação e Informação mediatizada

Para Carey (1989), existem duas grandes concepções da comunicação: a primeira, designada pela “transmissão” (*transmission view of communication*), refere-se à transferência de informação a outros, sendo, portanto, a forma mais comum nas culturas sociais; a segunda diz respeito ao “ritual” (*ritual view of communication*), associando a comunicação à partilha de informação como forma de participação, de associação e de camaradagem.

Como refere Bruner (2008), as regras sintácticas, apreendidas através do contexto em que são utilizadas, são conhecidas como instrumentos utilizados na realização de certas funções. Assim, e de acordo com o autor, as esquematizações do mundo exterior são influenciadas pelas concepções interiorizadas no meio onde nos inserimos, destacando-se as percepções fornecidas por instituições culturalmente enraizadas, como é o caso dos *media*. A cultura assume, assim, um papel preponderante no processo comunicativo, fornecendo as formas da narrativa, os sistemas simbólicos partilhados e os enquadramentos interpretativos que constituem a mente dos indivíduos (Bruner, 2008). Desta forma, o significado resulta, essencialmente, da interacção do indivíduo com a cultura que o integra, através de um exercício de negociação dos significados públicos (Bruner, 2008).

Mas como se processa, então, o acto comunicativo? O estímulo constitui a condição primária da comunicação. Segundo Goffman (1959), a expressividade do indivíduo pode realizar-se através de “expressões transmitidas” (*given*) e de “expressões emitidas” (*given off*). As primeiras referem-se à informação transmitida, através da linguagem escrita ou verbal, enquanto as segundas são veiculadas de forma sintomática, situadas num prisma mais contextual.

Para Fidalgo (1998), a semiótica é um processo em que confluem quatro factores: o signo, o *designatum* (aquilo a que o signo se refere, o referente), o interpretante (o efeito sobre a pessoa para a qual o signo assume um significado) e o intérprete (a pessoa que interpreta o signo). Assim, o processo comunicativo é, sempre, mediado pelos signos que produzem interpretantes sobre os intérpretes. Ora, uma vez que o signo suscita na pessoa uma concepção do objecto (Fotheringham, in Littlejohn,

1988), e que a relação entre o significante e o significado depende do “sistema de referência” do indivíduo (McQuail, 2003), depreendemos, desde logo, as complicações que estão inerentes ao processo comunicativo. Os signos são condicionados pela forma de organização social em que os participantes se envolvem, bem como pelas condições imediatas da sua produção (Correia, 2011), sendo que, durante a concepção da mensagem, o emissor pode utilizar um signo que represente uma realidade diferente da que será compreendida pelo receptor. Desta forma, a vida dos signos desenvolve-se num campo de confrontação social e ideológica (Hartley, in Correia, 2011).

Assim, para além dos limites comunicacionais que estão inerentes aos processos individuais de interpretação, importa perceber que, para que haja comunicação, é necessário considerar a realidade em que esta decorre. Desta forma, as ameaças e recompensas inerentes à comunicação podem alterar o seu significado (Bordenave, 1997), interferindo na descodificação individual. A comunicação em situações de risco é um dos exemplos que melhor demonstra a importância da realidade no acto comunicativo (Korbass-Magal, 2010), em que a realidade dá origem à comunicação, perturba a sua interpretação (pode criar alarmismo ou acalmia) e pretende tornar o seu público mais consciente (fim da comunicação).

Devido à industrialização e à disseminação da democracia, as elites perderam a sua exclusividade e os laços familiares e culturais saíram enfraquecidos. O conhecimento passa, então, a constituir o alicerce democrático, sendo que a responsabilidade da sua promoção e facilitação recai, principalmente, sobre os meios de comunicação (Goldman, 1999). Assim, a democracia distingue, cada vez mais, a comunicação mediatizada como fonte integradora das sociedades hodiernas, indicando as posturas e as condutas socialmente concordantes (Silva, 2011) e vincando um dos valores cívicos mais estimados: a liberdade de expressão (Silva, 2010). Desta forma, os OCS auxiliam os indivíduos na procura incessante de informação, permitindo saber de tudo, ainda que sem tempo para compreender, afinal, o que prevalece (Wolton, 1997).

Ainda que, com a comunicação mediatizada, tenhamos assistido à dizimação dos limites físicos da comunicação interpessoal, o carácter da experiência jamais pode ser superado (Wolton, 1997). Desta forma, os cidadãos familiarizam-se, muitas vezes, com assuntos através dos *media*, sem que, anteriormente, tenham encontrado alguma informação ou experienciado alguma situação relacionada com esses temas. Este facto coloca os OCS numa posição primordial como construtores da realidade, em que o

carácter de reprodutores da realidade dá lugar a um outro bem mais audaz: o de produtores de acontecimentos (Pais, Felgueiras, Serra, Machado & Pereira, 2013).

Concluindo, os *media* adquirem cada vez mais preponderância no processo comunicativo, constituindo os principais fornecedores dos significados que são percebidos pelos indivíduos e edificando, simultaneamente, a realidade onde os receptores desenvolverão os seus processos interpretativos. Os OCS são, assim, modos de comunicação, formas de representação e meios de interacção (Jensen, 2011), assumindo especial relevância nas estruturas sociais e podendo, inclusivamente, ser importantes aliados no controlo ou na ampliação de tensões sociais.

1.2. A comunicação de massas

Os *media* filaram o seu poderio na esfera social, principalmente durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, através da promoção do consenso público (essencialmente na Europa e nos Estados Unidos da América) em relação à importância da intervenção bélica e impulsionando a disseminação dos ideais nazis, respectivamente (McQuail, 2003). E é nesta lógica que Wolf (1987, p. 20) afirma que “a massa é a jurisdição dos incompetentes”, representando o triunfo de uma espécie superior e descurando a capacidade reflexiva do indivíduo. Deste modo, a maior ameaça da sociedade massificada baseia-se, precisamente, na unificação dos indivíduos que em nada privilegia o processo de democratização cultural (Breton & Proulx, 2000).

Como afirma Sarmiento (2009, p. 98), “o poder como capacidade de impor reside nas *redes* de troca de informação e do manipular de símbolos que estabelecem relações entre os actores sociais”. Assim, e uma vez que os *media* apenas constituem o canal veiculador da mensagem, as interferências individuais dependem, em última análise, das influências intrínsecas e sociais experienciadas pelo indivíduo. Contudo, não é, igualmente, plausível afirmar que a comunicação de massas não tem qualquer intervenção nas considerações individuais. A interpretação e a interacção social não são limites absolutos à influência dos *media* uma vez que, como afirma Hjarvard (2008), ainda que os emissores possam ter pouca influência sobre a forma como o receptor faz uso da mensagem, são eles que detêm o controlo sobre o seu conteúdo.

Os meios noticiosos assumem o dever de criar certas suposições da realidade, muito por culpa da pressão constante em gerar novas informações (Rhomberg, 2010).

Assim, e dadas as condicionantes económicas que sustentam estas instituições, ocorre um aumento exponencial do número de receptores, ou seja, a massa. Não podemos confundir a massa com um conjunto de indivíduos que partilham de uma identidade própria, bem como de valores e apreços comuns. A massa é, antes, um conjunto de pessoas que estão separadas fisicamente e que, por isso, estão impossibilitadas de exercer influências recíprocas (Wolf, 1987), necessitando de uma ordem social ou de um “pseudo-ambiente” (McQuail, 2003) que as ajude a sobreviver psiquicamente quando expostas a situações difíceis.

Se por um lado a liberdade comunicacional erigida nos Estados hodiernos tem promovido a difusão de mensagens heterogéneas (Breton & Proulx, 2000), por outro, os *media* mais bem-sucedidos têm eliminado o radicalismo, o acesso a vozes inovadoras e a novas formas de organização e protestos (McQuail, 2003). Nesta senda, parece-nos pertinente apresentar o modelo de Hjarvard (2008), referente à comunicação mediatizada. Para este autor, existem quatro forças que confluem simultaneamente no processo comunicacional. Por um lado, temos duas forças, uma centrífuga, que amplia o contacto com o mundo exterior, e outra centrípeta, direccionada para o “interior”. Estas forças tanto podem promover a homogeneização como a diferenciação. A força centrífuga promove a homogeneização através da difusão de consensos mundiais, ou seja, a *Globalização*. É claro que se esses consensos forem difundidos apenas internamente (força centrípeta), dá-se a *Nacionalização*, oferecendo produtos simbólicos aceites a nível nacional. Contudo, não podemos considerar a comunicação de massas como promotora absoluta de ideais idênticos. A crescente liberalização de expressão e igualdade de acesso aos meios de comunicação promove, igualmente, a difusão de símbolos cada vez mais diferenciados. Desta forma, a comunicação de massas pode promover a *Individualização*, através da difusão (por exemplo em *blogs*) de ideais particulares a nível mundial (força centrífuga). Por outro lado, a diferenciação ao nível interno (força centrípeta) é promovida através da interacção local originando a *Localização*, veiculada muitas vezes pelas rádios regionais ou pelos jornais locais.

Assim, é possível perceber que a massificação absoluta não passa de uma ilusão, uma vez que as necessidades continuarão a variar de local para local, ainda que numa escala de menor intensidade, e os contrapoderes, difundidos através das redes de comunicação horizontais (Castells, 2007), e a violência anónima, como é o caso do terrorismo (Sarmiento, 2009), nunca deixarão de existir, prosseguindo os seus objectivos e impossibilitando a hegemonia absoluta de ideais globalizantes. Deste modo, existem

algumas situações em que a comunicação que, supostamente, deveria aproximar os homens torna-se, na realidade, o motivo pelo qual estes se afastam (Wolton, 1997). Acontecem, então, as chamadas disfunções de “mera presença” dos *media* de massas, provocadas pela circulação desmesurada de informação que pode alterar a estrutura das sociedades (Wolf, 1987).

1.3. O poder: da perspectiva Marxista à “espiral do silêncio”

De acordo com Fontcuberta (2002) os conteúdos dos meios de comunicação reflectem os ideais dominantes de uma sociedade. É esta a génese da teoria marxista, desenvolvida por Karl Marx (McQuail, 2003; Sousa, 2000) e que pressupõe que os *media* submetem-se, sistematicamente, ao jogo das forças predominantes (Sousa, 2006), uma vez que os seus proprietários são, na maioria, membros das classes dominantes (Sousa, 2000). Esta “dominância do capitalismo e a subordinação da classe trabalhadora” (McQuail, 2003, p. 80) às ideias dominantes permite o controlo social sem ser necessário recorrer à violência, até porque, como refere Castells (2007), a tortura física é menos efectiva do que a manipulação cognitiva. Assim, e principalmente no que diz respeito aos eventos políticos, a definição e o seu enquadramento mediático coincide, maioritariamente, com a significação fornecida pelos detentores do poder o que, para Correia (2012), se deve às rotinas de trabalho dos jornalistas que pressupõem que estes acontecimentos são do interesse do público.

Como refere Serra (2007), para além da situação binária dos indivíduos nas sociedades, composta pela ausência de toda e qualquer interacção social ou pela incessante interacção com os outros, devido aos *media* surge uma terceira posição: passam a poder relacionarem-se assumindo um comportamento solitário. Para Silva (2011), a aceitação dos ideais dominantes surge como alternativa ao isolamento do indivíduo, potenciando as ideias predominantes que vão sendo frequentemente divulgadas pelos meios noticiosos e que fornecem uma certa consonância temática. O facto do indivíduo perceber que a sua opinião (a que é exteriorizada e não a que, intrinsecamente, foi elaborada mediante um processo de reflexão) é partilhada pela maioria dos indivíduos transmite-lhe um sentimento de segurança, integração e aprovação, oferecendo-lhe garantias de uma (sobre)vivência harmoniosa e profícua com os demais. Esta é a génese da teoria da espiral do silêncio, desenvolvida por Noelle-

Neumann (in Silva, 2011), e que está directamente associada ao medo que todos os indivíduos têm de se encontrarem isolados quanto aos seus comportamentos e opiniões. Estamos perante o “instinto do rebanho” (Serra, 2002), e que constitui o extremar do princípio da igualdade, caracterizador das sociedades democráticas.

Nesta senda, e como afirma Sousa (2000), o silêncio decorre da imposição dos temas difundidos pelos *media* sobre o público, uma vez que estes são percebidos com maior importância (considerados dominantes) em relação aos demais assuntos que vigoram na esfera pública. Assim, os indivíduos escondem os seus pontos de vista quando percebem que estes estão em minoria, ou seja, quando a sua correspondência com o que é difundido pelos *media* é diminuta ou mesmo inexistente, incrementando a relevância das ideias dominantes no seio das sociedades. O apoio às ideias alternativas decresce (efeito espiral), e o indivíduo é tentado a seguir a opinião dominante.

1.4. A notícia

A notícia é um acontecimento que se debruça sobre outro acontecimento, promovendo a notabilidade da realidade (Rodrigues, 1999). No início da história do jornalismo, as notícias eram consideradas como uma “comunicação, a um público interessado, de um facto acabado de se produzir ou de ser divulgado através de meios de comunicação de massa” (Fontcuberta, 2002, p. 13). De seguida surgiram as críticas, uma vez que a realidade oferecida pelos *media* nem sempre correspondia à verdade, dando origem aos chamados “construtores” da realidade, cujo poder de definir o que era ou não notícia lhes pertencia (Fontcuberta, 2002). Assim, é importante distinguir a actividade mediática do senso comum: os *media* transferem os ‘novos factos’, ultrapassando os limites provenientes da circulação natural das ‘notícias’ (Silva, 2010).

Como refere Correia (1998), existem três tipos de realidades. A primeira, a realidade objectiva, é aquela que é experimentada objectivamente, cuja existência se processa fora do indivíduo. Corresponde aos factos. A segunda, a realidade simbólica, é composta pelos significados apreendidos socialmente, sendo que é através deles que se processa a interpretação da realidade (originando a realidade subjectiva), através da constatação, pela consciência, do mundo objectivo. Assim, a actividade jornalística apenas disponibiliza a construção de uma realidade subjectiva, emergida pelos *news*

assemblers, isto é, pelo profissionais que transformam os factos em ocorrências mediáticas (Correia, 2011).

A qualidade noticiosa comporta duas vertentes (Guerra, 2010). A qualidade interna corresponde à concretização das necessidades da organização. A qualidade externa refere-se às expectativas básicas da audiência em relação à notícia: verdade, relevância (valores-notícia) e pluralidade (espaço para a diversidade de opiniões). Como já foi possível verificar, todas as notícias se distanciam voluntária ou involuntariamente da verdade objectiva. Contudo, não é plausível considerarmos que essas deturpações são, apenas, da responsabilidade dos jornalistas. Por vezes são criados enquadramentos e ambientes que acabam por adquirir enorme poder entre a comunidade jornalística, influenciando as suas reportagens e direccionando as “definições públicas numa rota particular” (Lang & Lang (in Greer & McLaughlin, 2011, p. 24). Estamos perante a “estrutura inferencial” (Lang & Lang, in Greer & McLaughlin, 2011, p. 24; para melhor explanação vd. Anexo 1), entendida pela forma “como o mesmo conteúdo noticioso, relacionado com a política, pode ser construído de múltiplas configurações diferentes, estabelecendo esquemas interpretativos da realidade (enquadramentos) que alteram a forma como os produtores de notícias e a audiência interpretam a história”.

1.4.1. Dos critérios de noticiabilidade à comunicação segmentada

Como afirmam Tække e Paulsen (2010), os critérios de noticiabilidade diferem de organização para organização. Desta forma, cada OCS desenvolve regras próprias de selecção, escolhendo os acontecimentos consoante o modo como percebem o valor da informação. Esta selecção noticiosa é desenvolvida pelos *gatekeepers*, indivíduos que abrem os “portões” de acesso à esfera pública aos acontecimentos que consideram relevantes (McQuail, 2003; Saperas, 1993; Traquina, 2005; Wolf, 1987).

Para Traquina (2005), a noticiabilidade é o conjunto de critérios e operações, ou seja, de valores-notícia, que determinam se um acontecimento é, ou não, susceptível de ser noticiado possuindo, portanto, “valor-notícia”. Contudo, estes critérios não sobrevivem isolados no processo noticioso. Estes são, muitas vezes, acompanhados de valores-serviço, que correspondem à produção de informações adicionais ao facto noticiado, contextualizando-o (Silva, 2010).

Wolf (1987) estabeleceu dois tipos de valores-notícia: os de selecção e de construção. Para o autor, os valores-notícia de selecção subdividem-se em dois grupos: os substantivos, respeitantes à importância do acontecimento e os contextuais, relacionados com contexto em que decorre a produção noticiosa. Para Traquina (2005), os valores-notícia substantivos são a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância (ou impacto), a novidade, o factor tempo, a surpresa, o conflito ou controvérsia, a infracção de normas ou regras e o escândalo. Desta forma, e como afirma Correia (2005), os critérios de selecção debruçam-se, quase sempre, sobre o inesperado, na sua vertente negativa. No que diz respeito aos valores-notícia relacionados com a contextualização dos fenómenos e que impelem muitas vezes a sua selecção, estes correspondem à disponibilidade do acontecimento, ou seja, a facilidade com que é possível fazer a sua cobertura, o equilíbrio do noticiário, o potencial da cobertura em imagens, a concorrência e até o próprio dia em que o facto ocorreu (Traquina, 2005). Quanto aos valores-notícia de construção, estes fundamentam-se na simplificação (desprovida de ambiguidades e complexidades), na amplificação do acontecimento, na sua relevância, personalização (avaliação das pessoas envolvidas), dramatização e consonância entre a notícia e o seu contexto já conhecido (Traquina, 2005). Desta forma, a produção noticiosa desenvolve-se segundo critérios rígidos que facilitam a monitorização dos locais e dos acontecimentos que, potencialmente, poderão vir a ser notícia, através da definição, *a priori*, de objectivos mediáticos.

Contudo, e ainda que a produção noticiosa se destine à difusão de informação que se presume ser do interesse geral, não podemos descurar o critério racional que está inerente ao indivíduo e que, por isso, está na base de praticamente toda a actividade selectiva e interpretativa do destinatário. Como refere Wolf (1987) existem vários factores que influenciam a selectividade individual, como a profissão, o nível de vida ou mesmo a utilidade da informação. Desta forma, a oferta informativa passa, igualmente, a obedecer a critérios rígidos que satisfaçam os auditores, uma vez que, para que se possa captar a atenção do público, o emissor precisa de perceber quais as necessidades do seu público, para, a partir daí, construir as suas notícias (Melo, 2001). É nesta senda que surge uma das teorias mais conhecidas actualmente, a teoria dos usos e gratificações (McQuail, 2003; Saperas, 1993; Wolf, 1987), e que procura perceber o uso dado pelo público e as gratificações obtidas pelos indivíduos provenientes da exposição aos conteúdos mediáticos. Esta teoria baseia-se na ideia de que a escolha, feita pelos indivíduos que estão conscientes das suas necessidades, dos *media* e dos seus conteúdos

é um processo racional, que tem como objectivo satisfazer finalidades específicas (McQuail, 2003). Os *media* possuem, assim, funções específicas e fulcrais para o funcionamento da sociedade, informando os indivíduos sobre os acontecimentos, facilitando o seu progresso e a sua adaptação através do fornecimento de consensos, da promoção da continuidade e da cultura dominante e do reconhecimento das subculturas (McQuail, 2003). Assim, o público processa as mensagens com base na crítica individual (Littlejohn, 1988), sendo que para isso é importante não descurar a origem social do indivíduo. O processo selectivo é, portanto, um acto racional, que não pode ser dissociado do ambiente social e da personalidade dos indivíduos que constituem o público.

Desta forma, e na senda de Wolf (1987), a interferência dos meios de comunicação sobre o processo de selecção do indivíduo é inexistente, uma vez que este depende, exclusivamente, do indivíduo e das suas modalidades de exposição. Contudo, parece-nos que esta afirmação é, também ela, um pouco ousada, uma vez que não podemos descurar a interferência dos meios de comunicação na manobra selectiva dos receptores pois se existe um processo selectivo, este deve-se aos conteúdos e à forma como estes são fornecidos pelos *media*. Assim, a responsabilidade da acção selectiva e a, conseqüente, interpretação dos conteúdos noticiosos deve ser vista como uma tarefa partilhada entre emissor e receptor, em que o primeiro tem como fim a captação do maior número de audientes (obtenção do lucro), e o segundo a satisfação das suas necessidades individuais e colectivas.

1.4.2. O sensacionalismo: um critério económico

Como afirma Ganz (1995, p. 7) “o que distingue aqui o jornalista do agente policial, é que o leitor não tem obrigação de o ler, o ouvinte ou espectador não têm obrigação de ouvir ou ver o programa”. A inexistência de uma obrigação em utilizar os meios de comunicação suscita, desde logo, a importância em promover o interesse do público nos conteúdos noticiosos, apelando ao, sempre cativante, sensacionalismo.

O aumento da concorrência entre os diferentes meios de comunicação tem vindo a promover a uniformização dos conteúdos noticiosos. Desta forma, ainda que pudessemos pensar que a homogeneização dos conteúdos tem como objectivo imobilizar a actividade cognitiva da audiência, a sua causa parece cifrar-se numa

perspectiva mais económica do que manipuladora. Assim, ao mesmo tempo que assistimos a uma homogeneização natural dos conteúdos, os *media* deparam-se com um aumento da fragmentação das necessidades individuais, as quais devem, a todo o custo, ser atendidas. Este aspecto fomenta, então, a heterogeneidade informativa e dizima a capacidade avaliativa dos conteúdos por parte dos audientes (Breton & Proulx, 2000). Como afirma Fontcuberta (2002, p. 14) “o objectivo básico de interessar um público cada vez mais vasto contrasta, por seu turno, com a procura de audiências cada vez mais específicas, inclusivamente em meios tão massivos como a rádio e a televisão”. Desta forma, tanto a homogeneização como a heterogeneidade dos conteúdos noticiosos têm um único fim: tornar o negócio mediático viável (Lang, 2009).

Neste seguimento, os *media* concebem redes complexas que maximizam a probabilidade de captação de acontecimentos noticiosos, prevendo o momento em que estes podem ocorrer e aumentando a eficácia no modo de lidar com eles (McQuail, 2003). Por outro lado, os OCS tendem, cada vez mais, a fomentar a disseminação de delegações a nível nacional e internacional, incrementando a abrangência da cobertura mediática. Desta forma, e muito por culpa dos interesses económicos subjacentes à actividade jornalística, os meios de comunicação concentram os seus recursos em locais onde é esperado que ocorra algum acontecimento que suscite a atenção do público. Temos como exemplo os denominados acontecimentos de rotina (Correia, 2011), como as conferências de imprensa realizadas por pessoas importantes e altamente posicionadas na sociedade ou o caso das provedorias governamentais (Goldman, 1999), cuja presença dos *media* é uma constante. Contudo, esta estratégia não obedece, apenas, a factores económicos. Por vezes os meios de comunicação, como forma de desviar a atenção do público de assuntos importantes, dão destaque a temas como o crime ou sexo (Pais et al., 2013), uma vez que a valência emocional é, como sabemos, uma forma de apreender o público que, muitas vezes, se revê nas histórias que são difundidas.

Como refere Miller (2007), um dos factores que mais incrementa a relevância dos assuntos é a reacção emocional que este provoca nos indivíduos. Para Bartlett (in Bruner, 2008), no esforço de lembrar algo, o que frequentemente vem à mente do indivíduo é um afecto ou uma “atitude carregada”, ou seja, algo desagradável ou embaraçoso. Nesta senda, surge a teoria do *priming* que consiste na importância que determinado assunto tem para cada indivíduo, mediante a cobertura que é feita pelos OCS e as reacções emocionais por si despertadas, nomeadamente as negativas (Miller, 2007; para melhor explanação, vd. Anexo 2).

Concluindo, o sensacionalismo constitui, hoje, uma aposta segura de que serão alcançados índices elevados de audiência, ainda que a sua valência emocional desvirtue a actividade jornalística que, supostamente, deveria reger-se pelo rigor e objectividade informativa. Como afirma McQuail (2003), o sensacionalismo suprime a objectividade noticiosa, alcançada através da inutilização de juízos de valor ou de linguagens e imagens emotivas.

1.5. A rádio

Inicialmente a actividade radiofónica era altamente restrita, seguindo a regra de que “a imprensa é a análise, a rádio é a síntese” (Moreira, cit. in Meditsh, 1999, p. 25), revelando-se o meio de comunicação mais adequado à satisfação das necessidades dos mais desfavorecidos (McLeish, 2005), nomeadamente os iletrados.

A melhor forma de caracterizar este meio de comunicação é-nos oferecida pelo repórter Alfredo Alvela (cit. in Cristo, 2005, p. 31) em plena Revolução dos Cravos: “microfone aberto, ouvindo a multidão, ruídos dos carros de combate em movimento... Apenas o ambiente que podemos transmitir, porquanto as palavras de um homem não são nada perante a rodagem histórica de que estamos a ser testemunhas”. A realidade é transportada para o ouvinte pelo som e pelas palavras do locutor, sendo cada pormenor determinante para a forma como o discurso vai ser interpretado. Os sons utilizados numa transmissão têm de ter um significado claramente definido, sob pena de serem considerados meros ruídos (Meditsh, 1999), obrigando o escritor e o locutor da rádio a escolher as palavras com precisão, de modo a criar as imagens apropriadas na mente dos ouvintes (McLeish, 2005). Como afirma Seuil (cit. in Lavoinne, 1986, p. 170), “os caracteres das vozes – das vozes dos locutores – equivalem a caracteres tipográficos: há vozes em itálico, em romano, em *garamond*. Há vozes em maiúsculas – é com elas que se fazem os grandes títulos”.

Uma das peculiaridades deste meio de comunicação prende-se com o estímulo constante do sentido auditivo. Como refere Arnhem (cit. in Meditsh, p. 170), “o ouvido é um instrumento de raciocínio; está melhor preparado para receber material a que o homem já tenha dado forma”. Desta forma, “os elementos do público não se expõem à rádio, à televisão ou ao jornal num estado de nudez psicológica” (Klapper, cit. in Wolf, 1987, p. 33). Assim, podemos considerar que o processo de selecção é mais intenso no público da rádio, baseando-se em propensões particulares que determinarão as estações

de rádio às quais será dada maior atenção pelo público. Por outro lado, o poder manipulatório da rádio é consideravelmente reduzido, uma vez que este meio de comunicação não constitui, regra geral, a fonte primária da experiência dos indivíduos.

Para Serra (2007), para além do “egoísmo formal” do ouvido que, ao contrário da visão, impossibilita que se detenha a realidade, a audição permite que um grande número ou mesmo um número ilimitado de pessoas ouça a mesma coisa, favorecendo a aproximação e a comunhão. Contudo, tal não pressupõe a uniformização da percepção construída por todos os receptores uma vez que esta depende dos fenómenos intrínsecos que permitem a compreensão e atribuição de significado à mensagem que é transmitida.

Littlejohn (1988), através do estudo da comunicação, demonstrou a complexidade do processo oratório, nomeadamente na transformação entre o que é “pensado” e “falado”. A estrutura superficial, ou seja, a frase proferida, é gerada a partir de um conjunto de transformações que actuam sobre a estrutura profunda ou subjacente, que consiste na frase que é formulada na mente do emissor. Desta forma o estímulo interno, ou seja, o significado que é apreendido pelo receptor pode, à partida, ser inquinado pelas perturbações transformacionais realizadas pelo emissor. Contudo, não é só o processo cognitivo do emissor que é determinante numa comunicação radiofónica. Existem várias condicionantes que influem neste processo comunicacional e que dependem das peculiaridades do emissor, do seu ambiente e do próprio canal que é utilizado. Assim, para Trager (in Littlejohn, 1988) existem quatro tipos de índices paralinguísticos: a qualidade da voz (índices como a altura do tom de voz, a qualidade da articulação e o ritmo); os caracterizadores vocais (ruídos tais como riso, choro, gritos, bocejos); os qualificadores vocais (a maneira como palavras e frases são proferidas); e, por fim, os segregados vocais (factores rítmicos como pausas). Desta forma é fácil perceber que o “poder encantatório da palavra e da música” (Meditsch, 1999, p. 17) depende, em grande medida, do “engenho e arte” do emissor.

Outro dos pressupostos da comunicação oral baseia-se na utilização de fonemas que sejam partilhados e compreendidos pelos receptores. Como refere Littlejohn (1988), no falar de uma língua existem inúmeros fonemas. O fonema, estrutura básica de qualquer língua, é regido por regras que produzem morfemas – unidades menores da linguagem (Littlejohn, 1988), e que permitem a compreensão da mensagem entre os dois extremos da comunicação. Desta forma, e devido à actual transversalidade do acto comunicativo, é exigido ao público que este seja capaz de dominar um número cada vez mais elevado de idiomas, de forma a evitar o isolamento informacional.

A rádio oferece realidades percebidas por jornalistas que, por serem difundidas, são interpretadas pelo público. Assim, e na senda de Barthes (in Fidalgo, 1998), estamos perante a estratificação dos sentidos. Esta estratificação corresponde às interpretações sucessivas, realizadas sobre outras interpretações, constituindo um sistema semiológico segundo e que podem ser mais ou menos abrangentes. Como afirma Barthes (in Fidalgo, 1998) é possível que alguém alcance o sentido primeiro sem nunca alcançar o segundo. Contudo, o inverso já não é possível. Assim, quem se ficar pelo primeiro pode ser considerado “ingénuo”, ao passo que “se alguém procurar em toda a parte sentidos segundos correrá o risco de ver gigantes onde há apenas moinhos de vento e ficar cego para os sentidos originários” (Fidalgo, 1998, p. 88).

O facto de ser “um serviço quase sempre gratuito, que não toma o tempo nem monopoliza a atenção do público” (Meditsh, 1999, p.21), faz com que a rádio marque uma presença constante na vida das pessoas, quer seja durante o trabalho ou a condução. Como afirma McLeish (2005) a rádio é muitas vezes usada como pano de fundo, competindo com os demais sentidos que podem, a qualquer momento, distrair o ouvinte. Assim, o seu discurso caracteriza-se por ser muito sucinto, de forma a permitir a sua compreensão num curto período de tempo (Meditsh, 1999).

Ainda que a televisão e os jornais sejam tidos como os OCS mais capacitados para a tarefa informativa, a rádio é tida como a mais credível (Rebelo et al., 2008). Ainda assim, para Beckert (in Cristo, 2005, p. 105) é possível transmitir informações falsas, consideradas verdadeiras pelos ouvintes. Isto deve-se aos circunstancialismos atinentes à comunicação oral (como o silêncio ou as pausas) e que podem desviar a interpretação do receptor da realidade. Assim, e porque a notícia constitui uma construção de segunda ordem (Correia, 2012), é inevitável não acolhermos a (possível) falta de credibilidade das mensagens como algo transversal a todos os meios de comunicação.

O factor instantaneidade continua a ser uma das principais características da rádio, embora com a rádio *online* tenha sido tornado possível que esta conviva com a durabilidade do texto, diminuindo as interpretações erróneas (McLeish, 2005) e permitindo que uma notícia radiofónica seja lida várias vezes, estimulando e aprofundando o processo reflexivo do indivíduo (Melo, 2001). Como refere McLeish (2005) a rádio, ao contrário dos livros e das revistas, não possui fronteiras. A sua difusão é universal e o distanciamento físico é inexistente.

1.6. A influência dos OCS

1.6.1. A dependência dos meios de comunicação

Com o desenvolvimento tecnológico e científico tornou-se evidente o crescimento da importância dos *media* nas sociedades. O desejo incessante por se sentir informado leva o indivíduo a socorrer-se de um número elevado e variado de fontes, entre as quais se destaca os OCS, colocando-os no centro de uma arena de opiniões. Como refere Sousa (2000), quanto maior for o conflito e quanto menor for o número de fontes de informação, maior será a dependência dos *media*. A intensidade do debate leva a que o público necessite de mais informação, promovendo a atenção do público. É nesta senda que Silva (2010) afirma que o valor da notícia terá de ser classificado muito mais como valor de troca do que como valor de uso, já que o seu principal proveito é dialógico e dialéctico, possivelmente usado como combustível para o debate, para a polémica e até o para o conflito.

Para Ball-Rokeach e Defleur (in Sousa, 2000), a dependência pode provocar efeitos diversos no público. Os primeiros, os cognitivos, resumem-se à apreensão do que é divulgado nos conteúdos e que, dessa forma, ajudam na resolução de ambiguidades, na formação de atitudes e na criação ou no reforço de crenças ou valores. Os afectivos relacionam-se com os sentimentos que são despertados pelos conteúdos e que podem, de alguma forma, aproximar os indivíduos dos meios de comunicação, aumentando a frequência com que se expõe aos OCS. Por último existem os efeitos comportamentais que interferem na conduta das pessoas. Para Correia (2011), estes podem ter um efeito de activação (transformando tendências em comportamentos efectivos), de reforço (preservação de comportamentos) e de conversão (mudança de atitudes).

Concluindo, e ainda que a relevância dos *media* na vida das sociedades seja, actualmente, indiscutível, os seus efeitos podem ser muito diversos. Desta forma, a dependência destas instituições não se define, unicamente, pela existência dos meios de comunicação nas sociedades, sendo crucial a presença de circunstancialismos intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo que determinem a intensidade com que os seus conteúdos penetrarão na mente do público.

1.6.2. Da teoria hipodérmica aos efeitos mínimos (*minimal effects*)

Um dos aspectos consonantes e transversais a todos os estudos que foram sendo desenvolvidos acerca da influência dos meios noticiosos aponta para a importância que a sociedade confere a estas organizações, já que os *media* constituem uma fonte primordial de informação, oferecendo um enquadramento político-social e cultural construído ao longo do tempo, ainda que sem a intenção perversa de manipular o público (Pais et al., 2013).

Os primeiros investigadores dos meios de comunicação, baseados no *behaviourismo* (Silva, 2011), pressupunham que todos os indivíduos que compunham a audiência eram directamente afectados pelos meios de comunicação de massas, produzindo, inevitavelmente, comportamentos previsíveis, independentemente das condicionantes sociais e psicológicas de cada um (Traquina, 2000). Estamos perante a teoria hipodérmica, cujo êxito da comunicação passava pela simples aptidão da fonte em fazer com que o destinatário compreendesse a mensagem, evidenciando, desta forma, a passividade do público na recepção da informação (Breton & Proulx, 2000).

Contudo, esta teoria olvidava aspectos tão fundamentais como a capacidade racional do ser humano e a sua personalidade. Wolton (1997) refere, inclusivamente, que “o outro” constitui um dos limites da comunicação, uma vez que não podemos descurar o carácter comunitário do ser humano bem como a sua capacidade racional e selectiva. Neste seguimento surgem as teorias dos efeitos limitados (Saperas, 1993) e dos efeitos mínimos (Lazarsfeld, in Saperas, 1993), numa clara tentativa de contestar a génese da teoria hipodérmica, denotando a importância das interferências externas à comunicação mediatizada. No que diz respeito à teoria dos efeitos limitados, esta oferece grande relevância às influências pessoais, aos líderes de opinião e à própria personalidade do receptor (Saperas, 1993), destacando a interferência do meio social nos indivíduos. A teoria dos efeitos mínimos de Lazarsfeld (in Saperas, 1993), vai mais longe, ao estabelecer que o indivíduo constitui o limite primordial à influência dos meios de comunicação, através da sua capacidade avaliativa das situações e do seu exercício cognitivo. Assim, e ainda que, como refere Noelle-Neumann (in Saperas, 1993), as pessoas nem sempre utilizem a capacidade racional que lhes é inerente, não se pode

olivar as condicionantes particulares dos indivíduos que podem impedir, ou até amplificar, os efeitos causados pelos meios noticiosos.

Foram muitos os investigadores que se debruçaram sobre o estudo das influências intrínsecas e extrínsecas atinentes aos indivíduos. Assim, e como exemplo, temos a dissonância cognitiva de Festinger (in Littlejohn, 1988) e as influências grupais. No que diz respeito à dissonância cognitiva, esta relaciona-se com uma questão de coerência psicológica entre as atitudes e o pensamento. Quando essa consonância não existe, o indivíduo entra numa espécie de tensão que tem que ser ultrapassada. Para tal, e de acordo com Festinger (in Littlejohn, 1988), o indivíduo procura alternativas que possam reformar a estabilidade cognitiva e que podem corresponder a cinco situações distintas: alterando um ou mais elementos cognitivos; adicionando novos elementos a um lado ou outro da tensão; constatando que os elementos em questão são menos importantes do que pensava ser; procurando informações consonantes ou, por fim, distorcendo ou interpretando erroneamente a informação envolvida, de modo a reduzir a dissonância (Festinger, in Littlejohn, 1988). Quanto às pressões grupais, estas constituem um forte constrangimento uma vez que o grupo faz parte do “espaço vital” do indivíduo, onde se encontram os desejos e as barreiras que norteiam as suas acções (Lewin, in Littlejohn, 1988). Assim, a definição das metas pessoais e as formas como estas serão alcançadas são, inevitavelmente, influenciadas pelas pressões grupais, constituindo um suporte fundamental na vida das pessoas.

Concluindo, os *media* ainda que possam, em certa medida, intervir na percepção social, não actuam de forma isolada, fazendo parte de uma rede complexa de influências que podem ser decisivas durante o processo cognitivo. A mudança, provocada pela existência de uma tensão cognitiva, tem inúmeras origens, em que confluem vários factores intrínsecos (dissonância cognitiva) e extrínsecos (pressões grupais, *media*).

1.7. O efeito dos conteúdos

Os conteúdos noticiosos têm constituído a unidade de análise da maioria dos estudos dos *media*, uma vez que compõem a base do processo de influência dos meios de comunicação na sociedade.

Ainda que a mente seja o instrumento que permite lidar e reflectir as situações com que a pessoa se depara, constituindo o pano de fundo contra o qual se projecta cada

experiência nova (Littlejohn, 1988), e que os critérios de noticiabilidade constituam uma barreira à manipulação da opinião pública, o poder da técnica supera, nalgumas situações, a reflexão individual. São várias as técnicas utilizadas pelos produtores dos conteúdos, desde o reenquadramento abusivo, que consiste na ordenação dos factos e da realidade de modo a criar uma convicção sobre bases falsas (Breton, 1999), passando pelo enquadramento restritivo em que o manipulador promove a aceitação de uma opinião que não suscita qualquer problema como meio de alcançar a aceitação de uma segunda opinião (Breton, 1999), até à metacomunicação, que compreende a comunicação sobre outra comunicação, com o objectivo de explicitar a forma como a mensagem deve ser decodificada (Bordenave, 1983). Por outro lado, a mobilização dos afectos individuais, a utilização e a repetição temática e a autoridade como forma de evitar o conflito (Breton, 1999) são algumas das técnicas utilizadas pelos jornalistas para influenciar a mente dos audientes.

Os “não-acontecimentos” são, para Fontcuberta (2002), notícias que se baseiam em acontecimentos que não ocorreram, desvirtuando a própria essência do jornalismo. Esta ideia confunde-se com a desinformação que, para Breton e Proulx (2000, p. 264), significa a construção de “uma informação falsa que seja perfeitamente credível e que oriente a acção de quem a recebe num sentido que lhe é desfavorável”, denotando o carácter desleal que pode invadir os meios de comunicação. Neste sentido, existem situações que podem ter repercussões profundas na percepção que o público adquire da realidade, sendo por isso pertinente o estudo de alguns dos efeitos que se seguem

1.7.1. A opinião pública e o *agenda-setting*

O conceito de opinião pública é frequentemente associado às opiniões que são publicamente expressas, respeitantes a questões públicas (Littlejohn, 1988). Este conceito sustenta-se na relação triangular referida por Lippmann (1922), que realça a importância de três elementos fulcrais para a formação da opinião pública: a cena onde decorreu a acção; a imagem que o indivíduo tem dessa cena; e, a sua posterior resposta.

Como refere Alves (2005), a opinião pública funciona como um espelho, donde a sociedade recebe os reflexos dos acontecimentos que são alvo do julgamento dos homens. Contudo, ainda que o meio social seja o mesmo, a percepção da realidade difere de indivíduo para indivíduo. Desta forma, é impossível concebermos uma opinião

que seja aceite por todos, da mesma maneira e com a mesma intensidade. Como afirma Sousa (2000, p. 178), “a opinião pública não existe, uma vez que é um conceito demasiado vasto e amplo, incapaz de traduzir os pensamentos de um público fragmentado”. E para isso Le Bon (in Serra, 2007) apresenta uma justificação: a imprensa constitui, não uma forma de propagar e fixar opiniões, mas um meio de destruir, sucessivamente, todas as opiniões, através da difusão constante de sugestões contrárias. Assim, parece-nos que a perspectiva de Noelle-Neumann (in Sousa, 2000) que concluiu que, para que possam existir efeitos directos e a curto prazo na opinião pública, são necessários três quesitos – acumulação, consonância e ubiquidade ou publicidade – é mais uma prova da insuficiência dos meios de comunicação em formar ou interferir numa opinião comumente aceite. Um dos pressupostos implica, então, que exista consonância entre o que o público pensa e o que os *media* oferecem. Deste modo, o poder manipulatório dos meios de comunicação é suprimido, uma vez que pressupõe a existência de uma concordância entre o que é difundido e o que é partilhado pelo público, dirimindo a alteração da opinião pública. Nesta senda, mais do que oferecer novas perspectivas os *media* procuram reforçar o que é comumente aceite.

Contudo, também será erróneo considerar que os meios de comunicação não têm qualquer interferência na opinião dos indivíduos. Os *media* impõem a sua agenda ao público, conferindo aos assuntos uma determinada relevância ou *salience* (ordenação dos assuntos), balizando os limites do nosso pensamento sobre a realidade (Esteves, 2012). Assim, e como refere Cohen (in Wolf, 1987), os *media* não estabelecem a forma de pensar do público. Estes oferecem os assuntos sobre os quais deve recair o pensamento. Esta teoria, designada por teoria do *agenda-setting*, demonstrou a ocorrência de efeitos directos (ainda que possam não ser imediatos), derivados da exposição a determinados assuntos dentro de um quadro específico. Nesta senda, existe uma clara acoplagem entre o *agenda-setting* e o *priming*, uma vez que os *media*, através da difusão de conteúdos que adquirem grande importância (*priming*) no seio das audiências, acabam por interferir nos assuntos sobre os quais recairá a reflexão individual (*agenda-setting*). Contudo, este efeito é recíproco. Assim, os OCS oferecem à audiência, por um lado, histórias excitantes, violentas e escandalosas, influenciando a sua agenda, e por outro, assuntos que denotem grande importância para o público, denotando as interferências da agenda pública na agenda mediática, ou seja, a *audience-driven* (Uscinski, 2009).

Pensar na definição da agenda dos *media* esquecendo todos os intervenientes no processo noticioso seria um erro. Para Gradim (2000), nenhum meio de comunicação sobrevive sem fontes. Nesta senda, e como afirma Santos (2006), também as fontes utilizam os meios de comunicação como forma de efectivar as suas estratégias (Rebello, 2002), interferindo na agenda pública através da sua definição na agenda dos *media*. Contudo, nem todas as fontes têm as mesmas oportunidades. Como afirma Santos (2006), os jornalistas preferem as fontes oficiais (Presidente da República, Primeiro Ministro), ainda que as fontes não oficiais (colectividades ou sindicatos) possam, igualmente, interferir na agenda mediática em momentos específicos, nomeadamente quando participam em acontecimentos relevantes, como é o caso das manifestações.

Para estudar os efeitos do *agenda-setting* é necessário ter em conta os factores intermediários entre o comunicador e a audiência. Estes factores dizem respeito ao quadro temporal (o *time frame*), à proximidade geográfica, uma vez que o poder dos *media* é tanto maior quanto menor for a experiência directa do receptor com aquele tema – fenómeno da centralidade, referido por Zuckler (in Wolf, 1987) –, à natureza dos temas difundidos e à credibilidade da fonte (Saperas, 1993), à concordância da audiência (que favorece a sua inclusão na agenda pública) e à comunicação interpessoal (Sousa, 2000). No que diz respeito a este último factor, importa realçar que o debate público, isto é, a agenda interpessoal, intensifica a definição dos temas em conflito na agenda pública (Saperas, 1993), o que constitui um limite à influência dos meios noticiosos (McCombs, in Sousa, 2000).

Os líderes de opinião, importantes intervenientes nas relações interpessoais, assumem um papel preponderante na construção da opinião pública. Estes indivíduos difundem, muitas vezes, ideias que vão ao encontro dos seus interesses particulares (Goffman, 1959), constituindo, à semelhança dos jornalistas, um filtro que pode ser mais ou menos tendencioso. Desta forma tentam influenciar o resto da população, mediante um fluxo comunicacional de dois níveis – *two step flow of communication* – (Wolf, 1987). Ainda assim, e de acordo com alguns teóricos da actualidade, é possível que exista um fluxo de *multistep flow*, admitindo a filtragem informacional por parte de inúmeros indivíduos até que esta chegue ao consumidor final (Littlejohn, 1988). Porém, e ainda que os líderes de opinião possam, a par dos meios noticiosos, ter um papel preponderante na formulação da opinião pública (Wolf, 1987), não podemos olvidar que as pessoas também percebem os conteúdos de forma selectiva, isto é, memorizam a informação que mais se adequa às suas ideias (Kartz e Lazarsfeld, in Sousa, 2000).

Deste modo, e porque o receptor é tido como condição importante na definição da sua própria agenda, Saperas (1993) formulou a teoria da tematização. Esta teoria refere que a introdução de determinados temas na opinião pública depende, em grande medida, do exercício selectivo dos *media*, valorizando alguns assuntos em detrimento de outros. Estes temas passam, assim, a fazer parte da discussão pública, automatizando a opinião dos indivíduos, uma vez que esta deixa de ser o resultado da livre discussão de opiniões para passar a resultar de uma actividade de selecção feita pelos *media*. Assim, esta teoria distancia-se dos efeitos directos do *agenda-setting*, na medida em que se preocupa, apenas, com a compreensão dos processos de selecção dos *media* que, desta forma, influenciam a inserção de certos temas na esfera do debate público, descurando a relevância que esses assuntos adquirem na agenda do público.

Concluindo, a construção da opinião pública não se processa de forma linear entre emissor e receptor, sendo crucial a inserção e conseqüente debate dos temas na esfera pública. Mas se por um lado, a teoria da tematização demonstra que os *media* apenas definem os conteúdos sobre os quais se debruçará esse debate, através da ênfase da sua importância (*priming*), por outro a actividade noticiosa depende, cada vez mais, dos interesses do público que se pretende atingir, constituindo a *audience-driven* (Uscinski, 2009).

1.7.2. O *Framing* e a credibilidade das fontes

O enquadramento (*framing*) ocorre quando, através de operações de selecção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos, são construídas perspectivas gerais que definem a compreensão de acontecimentos e situações quotidianas (Rothberg, 2010). É uma ideia organizacional da realidade, partindo de certos eixos de apreciação (Rothberg, 2010). Este conceito fornece quadros interpretativos que permitem aos auditores dar sentido às relações sociais (Correia, 2012), muitas vezes derivados dos condicionalismos organizacionais, juízos profissionais e, até, a expectativas em relação ao comportamento da audiência (Santos, 2006). Para Bateson (in Mendonça & Simões, 2012), todo o enquadramento é metacomunicativo. Deste modo, todo o quadro de referência é preconizado na interacção entre os interlocutores num determinado contexto, indicando aos receptores como devem agir (Mendonça & Simões, 2012).

Uma vez que o jornalista, no decurso da sua actividade, necessita de seleccionar, de entre uma série de aspectos, os elementos fundamentais que, de acordo com o seu juízo (influenciado por circunstâncias sociais, organizacionais e pessoais) melhor organizam a realidade (Santos, 2006), é compreensível que, muitas vezes, o *framing* decorra de exercícios jornalísticos involuntários. Todavia, e devido aos seus efeitos profundos nas audiências, tal não deverá obstar o seu estudo e à constatação da sua importância em todo o acto jornalístico.

Para Rothberg (2010) estes enquadramentos podem ser de quatro tipos: o conflito repercute-se quando os políticos são retratados como personagens em disputa, sem se considerar as políticas públicas envolvidas no debate; o jogo reflecte-se quando as personagens são vistas como agentes movidos por estratégias competitivas, buscando vantagens particulares; os episódicos acontecem quando os fatos, de grandes repercussões, são tratados superficialmente, realçando, apenas, os seus traços mais extravagantes ou pitorescos; e, por fim, os temáticos, onde são relacionados os antecedentes, avaliadas as implicações e consequências e examinadas as alternativas.

Após a realização de alguns estudos empíricos, Druckman (2001) concluiu que a credibilidade da fonte determina se o *framing* tem, ou não, relevância na formulação da opinião dos audientes. Assim, o facto de os indivíduos estarem perante um emissor sobre o qual não reconhecem autoridade faz com que o *framing* não promova qualquer efeito sobre o público (Druckman, 2001). Esta confiança depositada no emissor da informação assenta, fundamentalmente, em dois propósitos. Em primeiro lugar, e de acordo com Lupia (in Druckman, 2001), para que uma fonte seja considerada credível é necessário que lhe seja reconhecida a capacidade de oferecer informação importante sobre determinado assunto, através da revelação de todos os factos conhecidos até então. Por outro lado, é necessário que a fonte esteja munida de “qualidade moral” (Greer & McLaughlin, 2010, p. 1043). Desta forma, e reunidos estes factores, as fontes acabam por ascender ou manterem-se no topo da hierarquia da credibilidade (Greer & McLaughlin, 2010), constituindo, assim, um recurso de excelência na recolha de informação. Assim, as pessoas reconhecem aos jornalistas e aos especialistas dos meios de comunicação social a credibilidade necessária que lhes permite apoiarem-se em situações de incerteza (Jackob, 2010). À semelhança do acontece com o *agenda-setting*, também as fontes podem interferir na definição de *frames*. O uso de fontes anónimas (Santos, 2006) pode suscitar a infidelidade da informação, pois fica em aberto a possibilidade da fonte não ser a mais creditada para o efeito ou mesmo que a

informação foi alvo de manipulação. Por outro lado, as fontes de informação utilizam muitas vezes os meios de comunicação para transmitir ocorrências aos jornalistas realçando determinados aspectos que vão ao encontro dos seus intentos (Santos, 2006). Desta forma, importa referir que a proliferação de fontes de informação tem aumentado a competição entre os “produtores de conteúdos” (Pavlik, in Greer & McLaughlin, 2011, p. 26), na busca de notícias exclusivas e de última hora. Surgem então as “políticas do escândalo” (Greer & McLaughlin, 2011, p. 26), cujo objectivo passa por criar notícias que atraiam a atenção e o interesse do público, menosprezando a credibilidade da informação. Concluindo, e uma vez que a actividade jornalística depende, em larga escala, da informação fornecida pelas fontes, podemos considerar que estas constituem um actor importante na definição e difusão de *frames* susceptíveis de interferir na percepção da realidade.

Ainda que a maioria dos estudos se tenha debruçado sobre a ocorrência deste fenómeno na forma textual, segundo Entman, Matthes e Pellicano (in Correia, 2011) existem outros três tipos de enquadramentos. O cultural refere-se à existência de enquadramentos pré-existentes na cultura envolvente e que interferem em todos os discursos públicos. O enquadramento protagonizado pelas elites e pelos comunicadores políticos profissionais corresponde aos *frames* que são difundidos por estas fontes, enquanto o enquadramento dos cidadãos pode ser entendido pelos quadros de referência individuais que interferem na interpretação dos discursos mediáticos e, por conseguinte, na percepção da realidade.

Concluindo, a credibilidade da fonte constitui um pressuposto essencial para que o *frame* produza efeitos sobre a audiência. Assim, e caso a audiência seja confrontada com uma fonte que não seja credível, é possível que os enquadramentos provoquem um efeito contrário, ou seja, que levem o público a agir de forma oposta ao que é definido pelo *frame* (Druckman, 2001).

2. A Polícia

2.1. Enquadramento conceptual

A palavra Polícia deriva do vocábulo grego *Polis*, que significa cidade, urbe. Assim, a actividade policial baseia-se na luta contra a barbárie, estando intimamente relacionada com a actividade administrativa do Estado (Clemente, 1998). Inicialmente, a Polícia tinha por missão vigiar os indivíduos, em todos os aspectos da sua vida. No

século XVIII esta passa a prosseguir a salvaguarda da vida e dos bens dos cidadãos e a desempenhar tarefas de interesse público, como a promoção da iluminação colectiva e a conservação da via pública (Clemente, 1998). Actualmente, e no que se refere a Portugal, a Polícia é vista como o modo de actuar da autoridade administrativa, intervindo no exercício das actividades individuais susceptíveis de perigar interesses gerais, de forma a evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir (Caetano, in Clemente, 1998, p. 41).

Desta forma, e dada a multiplicidade de actividades que podem irromper a ordem ou a segurança pública, é impossível que as leis estabeleçam todos os critérios de actuação das polícias, seja qual for a situação. A discricionariedade é, portanto, uma condição inerente à actividade policial. Aliás, como refere Monet (2002, p. 103), os textos que definem a natureza das missões das polícias “constituem mais cartas de boas intenções que uma descrição precisa do que o observador pode verificar no terreno”. A actividade policial não é, por isso, estanque, adequando-se às circunstâncias que envolvem cada situação. Deste modo, concorre conjuntamente com o princípio da legalidade o princípio da boa-fé, que tem como objectivo permitir que, em determinadas situações, a moral se sobreponha à legalidade. Esta gestão tem, contudo, que ser muito ponderada, pois a perspectiva da aplicação da lei de forma diferenciada aos olhos da população é, muitas vezes, deturpada, constituindo uma das maiores dificuldades da actividade policial (Fielding, 1995). Os indivíduos tendem a criar ideais de injustiça sempre que surgem situações que fazem perigar os seus direitos, revelando o egocentrismo que prolifera nas sociedades hodiernas.

A vida das diferentes comunidades tem demonstrado que a função policial é essencial para a construção da sua coesão interna, sendo que só o Estado é capaz de cumprir tal tarefa. Se a vivência em comunidade fosse pacífica e caracterizada pela tolerância mútua e pela existência de uma autoridade justa, a coercibilidade não existiria (Clemente, 1998). Contudo, e como tal é impossível uma vez que os interesses particulares se sobrepõem frequentemente ao interesse geral, a força coerciva é uma das valências transversais a todas as polícias do mundo, constituindo a forma sob a qual se restringem direitos e liberdades individuais. A sua legitimidade baseia-se no reconhecimento, por parte dos indivíduos, de que os transgressores constituem uma ameaça, sendo necessário munir os polícias de instrumentos capazes de proteger os inocentes (Waddington, 1999). Ainda assim, a sua utilização não é arbitrária: regula-se

pelo princípio da proporcionalidade e adequação, ou seja, pelo uso da força estritamente necessária para a resolução do caso em concreto (Clemente, 1998).

Não há nenhuma Polícia que tenha existido que não tenha reclamado o direito de poder compelir os outros a fazer algo (Klockars, 1985). A Polícia tem o direito de usar a força coerciva sobre toda a população, o que a distingue do poder coercivo que, por exemplo, os pais detêm sobre os filhos (Klockars, 1985). Ainda assim, a sua utilização terá, obrigatoriamente, que obedecer a determinados critérios, pois caso contrário estaremos perante uma Polícia autocrática e imoral. É por isso que Klockars (1985) afirma que, ainda que seja considerada uma das funções mais nobres que existe, a Polícia nem sempre é possuidora de legitimidade moral (caso da Polícia do Estado Novo).

O objecto da actividade policial é a sociedade civil, nomeadamente a prevenção de actos que possam colocar em causa a ordem e segurança dos seus constituintes (Clemente, 1998). Regra geral, as polícias europeias orientam as suas missões em duas direcções: uma voltada para a protecção de pessoas e bens e que se aproxima do modo preventivo e repressivo das polícias; a outra direccionada para a manutenção da ordem pública, da defesa do exercício dos direitos e das liberdades que são concedidos aos cidadãos e, por último, da protecção das instituições políticas (Monet, 2002). Deste modo, podemos concluir que ambas as vertentes possuem um denominador comum: manutenção da paz e coesão interna, focando-se no indivíduo e nos seus direitos.

A segurança pública é, portanto, o quesito sobre o qual toda a actividade policial orbita. Mas, então, será que todas as acções policiais têm, como fim último, a manutenção da ordem pública? Como afirma Monet (2002, p. 109) “da polícia de segurança à polícia de ordem, a fronteira é estreita”. Manter a ordem engloba a actividade de segurança pública, evitando e dirimindo possíveis focos de conflito. Ainda assim, as duas vertentes pressupõem métodos de actuação diferentes e que, por isso, são desempenhadas por pessoas distintas, detentoras de especializações particulares (Monet, 2002), uma vez que as circunstâncias são, também elas, diferentes.

Uma vez que a polícia de ordem pública é dotada de meios coercivos mais poderosos, esta foi, durante muito tempo, temida pelos manifestantes. Tal deve-se não só ao poder intimidatório dos seus recursos mas, também, às suas consequências. Treinada para actuar em situações de enorme tensão, onde emerge a rápida cessação do conflito, provoca, muitas vezes, consequências físicas e até psicológicas nos opositores que dificilmente passam despercebidas aos olhos da sociedade. Ainda assim, importa

referir que as Forças de Segurança distanciam-se, em larga escala, das Forças Armadas, na medida em que estas últimas prosseguem a defesa de valores mais amplos como a integridade nacional e a defesa militar do país, enquanto as Forças de Segurança se ocupam dos valores mais comuns da vida quotidiana, como a ordem pública (Clemente, 1998). Por outro lado, os militares exercem a violência sobre os outros, ou seja, a sua actuação incide sobre cidadãos que não pertencem àquele estado (Waddington, 1999).

O uso da força policial não significa que esta seja inimiga da liberdade nem uma expressão de arbitrariedade e dominação do povo. Ela tem por base o exercício do poder na consecução do interesse público (Clemente, 1998) e do bem-estar de todos os cidadãos. Uma vez que a utilização da força policial, como forma de responder aos conflitos que destabilizam a segurança pública, se mostra lesiva para o cidadão e pressupõe, obrigatoriamente, a consumação da desordem indesejável, a Polícia iniciou um novo método de actuação: a prevenção. Desta forma tenta-se evitar os distúrbios e, conseqüentemente, o uso da força que lesará os indivíduos desordeiros. O policiamento comunitário surge, então, como uma forma natural de revalorizar a vertente preventiva, através do fortalecimento dos laços entre a Polícia e a comunidade, reforçando a confiança e a cooperação entre ambos (Clemente, 1998). Como refere Fielding (1995) quanto menos a Polícia perceber o sentimento da população, menos discreta será a sua actuação, uma vez que será tratada pela população com desdém. Contudo, importa ter consciência de que é impossível a Polícia manter relações cordiais com todos os indivíduos (Fielding, 1991). O público é muito variado, obrigando à adequação da actuação policial em razão das características dos indivíduos. Por outro lado, a intervenção policial pressupõe, sempre, um constrangimento no indivíduo, que apenas deseja que esta intervenha em seu benefício.

2.2. A Polícia e os meios de comunicação social

A predominância da vertente preventiva e o policiamento comunitário pressupõem um aspecto fundamental: as relações da Polícia com os OCS. Como afirma Clemente (1998) a polícia adapta-se, constantemente, às necessidades de seguridade sentidas pela colectividade, vivendo da sua reputação enquanto promotora do bem-comum.

Em primeiro lugar importa referir que a opinião pública é uma forma de controlo informal, externa à actividade policial (Clemente, 1998). Por outro lado, a forma como a Polícia é vista – cultura ocupacional – define o seu modo de actuação e tem grande preponderância nas suas regras internas (Ericson & Haggerty, 1997). Desta forma, facilmente percebemos a relevância dos *media* quer na forma de actuar da Polícia quer na sua estruturação interna, uma vez que permitem que uma instituição penetre noutra instituição, percebendo e influenciando a forma como os seus membros pensam e agem (Ericson & Haggerty, 1997). Assim, esta relação constitui um dos assuntos mais sensíveis com que a Polícia tem, diariamente, que lidar, através do exercício de uma gestão informacional ponderada e criteriosa.

A Polícia tem consciência da relevância que tem a mediatização das suas acções (Fielding, 1991), uma vez que, como refere Waddington (1999), o facto de a Polícia poder exercer violência sobre “nós” faz com que esta represente uma ameaça, o que leva a que as suas acções sejam, constantemente, escrutinadas pelo público. Por outro lado, o sensacionalismo inerente às notícias relativas a crimes, à Polícia ou a determinados policiamentos, levam a que estes relatos componham a grande maioria da rotina mediática (Fielding, 1991). O objectivo é apenas um: oferecer conteúdos que reúnam grandes audiências e, assim, obter vantagens económicas significativas.

Nesta senda, a Polícia é, muitas vezes, colocada no centro do julgamento mediático (*trial by media*; para melhor explanação, vd. Anexo 3), muito por culpa da amálgama de emoções que este tipo de conteúdos provoca. A difusão repetitiva de mensagens destrutivas faz com que o público acredite que tal é a interpretação mais correcta dos factos (Wolton, 1997), o que pode ter repercussões profundas na imagem da Polícia. Como refere Fielding (1991), o espectro policial aos olhos dos *media* é reduzido a dois extremos: heróis ou vilões.

Actualmente assiste-se à multiplicação de fontes de informação, facilitando o processo de difusão das notícias que dependem, agora, de um simples clique. Assim, e ainda que o jornalismo continue a depender, maioritariamente, do exercício dos profissionais deste ramo, surgem os cidadãos-jornalistas (*citizen journalists*; para melhor explanação, vd. Anexo 4). O *citizen journalism* traduz-se em “acções espontâneas de pessoas comuns, apanhadas em situações extraordinárias e que se sentiram compelidas a adoptar o papel de um repórter” (Allan & Thorsen, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 1045). Estas acções surgem, principalmente, nas situações de elevada tensão, como é o caso das manifestações, na tentativa de oferecer ao público a

possibilidade de contactar de forma muito próxima com a realidade. Assim, a proliferação dos cidadãos-jornalistas permite um escrutínio de toda a actuação policial, podendo influenciar a interpretação dos factos e, conseqüentemente, a imagem da Polícia nas sociedades (Greer & McLaughlin, 2010).

Desta forma, e para que haja um aumento da confiança da população na instituição é importante evitar uma relação discordante entre a Polícia e os *media*, sem esquecer que, quanto maior for a proximidade entre ambas as instituições, maior será a probabilidade dos OCS se tornarem numa fonte hostil. Como referem Caetano e Rasquilha (2004), a contiguidade permite um olhar mais atento para o interior da instituição, observando e julgando as suas acções de forma mais profunda, explorando as suas debilidades e exercendo uma forte influência sobre a sua estrutura.

2.3. Polícia de ordem pública

Como refere Waddington (1999), a Polícia só intervém nas emergências que podem causar ameaças públicas. Desta forma, e uma vez que os eventos políticos que serão objecto do nosso estudo podem colocar em causa a segurança e a ordem pública, importa, desde logo, definir o que é um grande evento. De acordo com a definição de grande evento do *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe* (International Permanent Observatory on Security during Major Events, 2007), um grande evento pressupõe que haja um grande significado histórico, político ou de popularidade, uma grande cobertura mediática e que suscite interesse internacional, uma participação de cidadãos de diferentes países e de grupos alvo, ou seja, de grupos com ideais contrários em relação ao mesmo assunto, a participação de VIP (por exemplo políticos, atletas), um grande número de pessoas ou que represente uma ameaça e que, portanto, seja requerida cooperação internacional.

Importa referir que estes critérios não são cumulativos. Ainda assim, e como é possível perceber através desta definição, um grande evento absorve a atenção de inúmeras instituições, entre as quais a Polícia, podendo estar em causa matérias de importância nacional e/ou internacional. Desta forma, e porque nestes eventos a segurança pública é amplamente ameaçada, a actuação policial é, maioritariamente, analisada à luz da sua vertente mais ostensiva: a de ordem pública.

Como refere Waddington (2007) existem duas dimensões de problemas num protesto: por um lado as dificuldades ligadas à violência, às injúrias e aos danos, e por outro os que estão ligados às críticas da actuação policial, quer venham do seio da instituição quer venham do exterior. Desta forma, e porque a Polícia quer evitar ao máximo estes problemas, provenientes principalmente da confrontação, a sua actuação tem-se baseado mais no modelo de “gestão negociada” do que no da “escalada de força”. Assim, através da aproximação aos que protestam, alcança-se um maior respeito pelos direitos dos cidadãos, transmitindo-lhes uma ideia de segurança e legitimando a actuação policial que só fará uso da força como último recurso (Waddington, 2007).

Contudo, esta aproximação nem sempre é conseguida, o que muitas vezes influencia a actuação da Polícia e dos manifestantes. A Polícia tenta prever situações de desordem através de alguns factores como a existência de tensão ou a ligação e a comunicação que existe com os protestantes. Por exemplo, “eventos espontâneos não anunciados e não negociados com a polícia são vistos como caóticos pela polícia” (Hylander & Guvå, 2010, p.44). Por outro lado, em situações de desordem que envolvam personalidades ou edifícios de soberania, é mais provável que a Polícia tenda a agir utilizando a força, uma vez que se encontra sob pressão (Waddington, 2007). Contudo, não podemos minorar a percepção dos protestantes face à Polícia. Para eles a Polícia é percebida como tendo fraca capacidade de comunicar com os protestantes (Hylander & Guvå, 2010), resolvendo a maioria dos incidentes através de acções (violentas) e não com palavras (o que acentua o fosso entre os dois grupos).

Assim, podemos concluir que a causa das percepções negativas baseia-se, fundamentalmente, na interpretação dos comportamentos do *out-group* tendo em conta o quadro de referência relativo às normas e regras do *in-group* (Abrams & Hogg, in Hylander & Guvå, 2010). Os protestantes negam a existência de qualquer acto de violência da sua parte, acusando a Polícia de despoletar o caos. A Polícia espera, quase sempre, a existência de actos de violência por parte dos protestantes ainda que, quando estes ocorrem, sejam sempre considerados como uma forte ameaça para a ordem pública (Hylander & Guvå, 2010). Por outro lado, como refere Waddington (2007), a Polícia deve ter extremo cuidado quando age em situações onde não há lugar a violência física. Estas são, na maioria das vezes, vistas como ilegítimas, ainda que possa estar em causa a destabilização da ordem e a segurança pública.

Face aos processos de estereotipagem que observámos e às influências recíprocas entre a Polícia e os manifestantes, é crucial a existência de planeamento

prévio, feito pela Polícia em estreita colaboração com os manifestantes (Hylander & Guvå, 2010). Desta forma, são delineadas as directrizes que melhor cumprem os objectivos desejados por ambas as partes, promovendo a organização de manifestações que cumprem os intentos dos protestantes e, simultaneamente, da Polícia. E é nesta senda que Waddington (2007) desenvolveu o modelo dos *flahspoints*, percepcionando que existem seis níveis independentes que podem influenciar a ordem ou a desordem de um acontecimento: a estrutura (a impotência política e as poucas oportunidades que geram ressentimentos e queixas na comunidade); o nível político/ideológico (a resposta dos membros políticos ou dos chefes da Polícia às necessidades do grupo); o cultural (influência da cultura grupal na propagação de ideais violentos pelos seus membros); o contextual (a dinâmica comunicacional, como rumores, histórias negativas); o situacional (condicionantes espaciais e sociais); e, o interaccional (características relacionais provenientes das actividades entre os membros da polícia e o público).

Assim, conclui-se que a eficácia policial nestes eventos depende, em grande medida, da existência de um processo de pesquisa e de reflexão sobre as condicionantes daquele acontecimento. Desta forma, a existência de boas relações entre a Polícia e os protestantes facilita a legitimação da actuação policial, permite a compreensão das características do grupo de manifestantes e a, conseqüente, discriminação entre desordeiros e pacíficos, possibilitando a dizimação de estereótipos e reduzindo as probabilidades de ocorrerem actos de violência, quer por parte da Polícia quer por parte dos manifestantes.

2. Formulação do problema

Como refere Castro (1972), comunicar permite transmitir e obter informação, tornando possível a realização do indivíduo no seio de um grupo. Assim, a comunicação constitui o meio integrador do indivíduo que depreende da cultura, onde se inserem instituições como os OCS, a sintaxe e as concepções da realidade que interferirão nas esquematizações do mundo exterior. Desta forma, todo o processo comunicativo é influenciado pelo ambiente em que as mensagens são difundidas, fornecendo os critérios de codificação da informação e, simultaneamente, as normas interpretativas da realidade. Todavia, também o ambiente é percepcionado de forma diferente pelos vários

indivíduos, o que nos permite compreender a importância da utilização de um “sistema de referência” comum entre emissor e receptor.

Actualmente, a democracia alicerça-se, cada vez mais, na difusão do conhecimento como forma de promover a afirmação individual nas sociedades. Assim, a livre circulação da informação constitui o exercício pleno de direitos fundamentais como a liberdade e a igualdade, sustentada pelo desenvolvimento tecnológico e pelo incremento do protagonismo mediático. Surgem, então, as sociedades de informação, abastecidas pela comunicação de massas que, através da dizimação das barreiras físicas que outrora obstavam a comunicação à distância, promoveram o isolamento dos indivíduos. Desta forma, o facto de residirmos numa sociedade cada vez mais informada não significa que assistamos à propagação do acto comunicativo. Este desenvolve-se, maioritariamente, de forma unidireccional (dos OCS para os indivíduos), dirimindo a interacção e a concretização de influências recíprocas, próprias da comunicação. Este isolamento acaba por confiar aos OCS a tarefa de apresentar a realidade aos indivíduos, constituindo, muitas vezes, a principal fonte de experiência. Esta experiência, logicamente mediada, assume um papel preponderante na formação dos esquemas e dos enquadramentos cognitivos, compondo a realidade na qual o indivíduo se adapta.

As notícias são seleccionadas e formuladas por jornalistas que baseiam a sua actividade na capacidade racional que é inerente ao ser humano. Como já foi possível observar, a realidade aparece de maneiras diferentes aos vários indivíduos uma vez que os seus esquemas interpretativos obedecem, maioritariamente, aos ensinamentos impostos pelo meio mas, também, pelas pré-disposições que moldam a forma como construímos a nossa realidade (Bruner, 2008). Assim, e porque o exercício mediático não pode culminar na aplicação de procedimentos arbitrários, os meios de comunicação estabelecem critérios de noticiabilidade, isto é, normas que balizam a actividade selectiva dos *gatekeepers*, determinando os acontecimentos que possuem “valor” para serem noticiados. Estes critérios têm objectivos maioritariamente comerciais, indo ao encontro do que pensam ser as necessidades do público. Assim, os *media* assumem principal destaque na satisfação das necessidades individuais, dando origem à teoria dos usos e gratificações, reconhecida pelo seu contributo na percepção da utilidade que é conferida às notícias mediáticas. Deste modo, e devido a esta dependência profunda dos meios de comunicação, a difusão noticiosa suscita a ocorrência de diversos efeitos no seu público, nos quais se destacam os cognitivos, relacionados com a assimilação do que é divulgado nos conteúdos como forma de resolver algumas ambiguidades; os

afectivos, que se relacionam com os sentimentos que são despertados pelos conteúdos; e, por fim, os comportamentais, interferindo na conduta pessoal, estimulando, mantendo ou desactivando certos comportamentos (Ball-Rokeach & Defleur, in Sousa, 2000).

A agenda dos *media* impõem-se, muitas vezes, sobre a agenda do público (*agenda-setting*) definindo os temas sobre os quais pode recair o pensamento do indivíduo. Desta forma, a discussão pública expressa-se através do debate sobre os temas que são inseridos pelos meios de comunicação (teoria da tematização), intensificando a sua importância no seio da sociedade (*priming*). Contudo, não é só o *agenda-setting* que interfere na percepção que os indivíduos têm da realidade. As notícias estabelecem, muitas vezes, quadros de referência, alterando a importância que é dada sobre alguns aspectos que estão relacionados com o mesmo assunto (Nelson & Oxley, in Druckman, 2001), o que pode levar o público a construir uma perspectiva enviesada da realidade.

Aos OCS são atribuídas três tarefas distintas: educar, distrair e informar. Esta última é, sem qualquer dúvida, a que mais interessa ao público (Rebelo et al., 2008). No que concerne à rádio, e de acordo com Rebelo et. al (2008), esta é tida como o meio mais credível e capacitado para a tarefa informativa. Assim, e visto que, como refere Druckman (2001), apenas as fontes credíveis podem alterar a opinião pública através da mudança do *framing*, podemos considerar a rádio como um dos OCS mais pertinentes para o estudo dos *media*. Por outro lado, a credibilidade que é depositada pelo público na rádio pode amplificar a importância que determinado assunto tem para cada indivíduo, influenciando o seu agendamento e intensificando o seu conseqüente debate público.

A característica fundamental que distingue a Polícia das outras instituições é o facto de poder exercer a violência sobre os cidadãos. Desta forma, a sua actividade é, constantemente, perscrutada. Assim, e porque o escrutínio mediático não é, como já observámos, objectivo e imparcial, propomo-nos a perceber e caracterizar o discurso jornalístico, proferido na rádio, referente à actuação policial durante o ano de 2013, nomeadamente nos grandes eventos políticos. Chegados a este ponto, duas grandes questões se afiguram. A primeira, gira em torno da compreensão do agendamento e da aplicação dos critérios de selecção pelos meios radiofónicos em relação à actividade policial nos eventos políticos. A segunda prende-se com os enquadramentos difundidos pela rádio. Assim, e porque estes adquirem grande significância nas concepções individuais da realidade, importa compreender os ambientes que são criados e os

elementos metacomunicativos (Bateson, in Mendonça & Simões, 2012) que são veiculados.

Os meios noticiosos funcionam como uma “janela para o exterior” (Anastacio, Rose & Chapman, 1999), possuindo um enorme “potencial para distorcer” (Anastacio et al. 1999) a perspectiva individual do mundo. Assim, e ainda que esta problemática possa adquirir grande importância social, nomeadamente na formação da opinião pública, não podemos olvidar as consequências do discurso jornalístico na estrutura interna das instituições. É visível que, muitas vezes, a actuação policial se adequa aos circunstancialismos externos, tendo em conta o impacto mediático decorrente das suas acções. Desta forma, através das suas intervenções nos OCS importa perceber o modo como a Polícia lida com estes acontecimentos, inferindo algumas (possíveis) consequências do discurso que é veiculado.

A democracia protegeu, desde sempre, a liberdade dos cidadãos e restringiu ao máximo a sua violação. Todavia, se antes o modelo “escalada de força” era considerado, indiscutivelmente, o mais apropriado, actualmente a Polícia baseia a sua acção numa “gestão negociada” com os manifestantes, evitando ao máximo a confrontação. Assim, as opiniões negativas veiculadas pelos *media* são evitadas, quer pela restrição cada vez mais limitada ao uso da coercibilidade quer pela utilização de meios cada vez menos onerosos para os cidadãos.

Concluindo, a pertinência do estudo do discurso radiofónico baseia-se na importância que este adquire na percepção dos indivíduos sobre a realidade, bem como nas suas consequências no seio da Polícia, obrigando-a a uma adaptação constante às circunstâncias que envolvem a sua actuação de forma a legitimá-la.

II. Método

1. Abordagem qualitativa

Primeiramente importa diferenciar a abordagem quantitativa da abordagem qualitativa. Como referem Quivy e Campenhoudt (1995), a abordagem quantitativa está relacionada com o processamento de um grande número de variáveis, e caracteriza-se, essencialmente, pela análise da *frequência* de uma característica do conteúdo (Bardin, 1977). Por outro lado, a abordagem qualitativa caminha da teoria para a análise do conteúdo e desta de novo para a teoria (Flick 2005), através da realização de inferências que possam oferecer um contributo positivo para a investigação, sustentado na comprovação teórica aplicada à realidade em estudo.

Tendo em conta o caso concreto da nossa investigação, e uma vez que pretendemos analisar o discurso noticioso que emergiu das rádios nacionais durante o ano de 2013, referente à actuação policial nos grandes eventos políticos, a abordagem mais adequada é, precisamente, a qualitativa, pois como afirma Krippendorff (2004), esta é a abordagem mais adequada para analisar o discurso que é empregue.

A investigação qualitativa está vocacionada para a análise de casos concretos, constatando as manifestações e as actividades das pessoas nos seus contextos próprios (Flick 2005). Como refere Bardin (1977), esta abordagem debruça-se, essencialmente, sobre os índices que estarão *presentes* ou *ausentes* nos conteúdos noticiosos, procurando o seu significado integrado numa estrutura definida e à qual as pessoas se identificam, incluindo o objecto no seu contexto. Por outro lado, este tipo de abordagem é mais maleável e adaptável, aberto a índices não previstos (Bardin, 1977), o que possibilita a realização de inferências que transportem consigo factos relevantes e inovadores quer para a investigação em curso, quer para estudos futuros.

Na nossa investigação, o texto constitui o objecto da nossa análise. Desta forma, e na senda do que refere Flick (2005), o texto jornalístico sobre o qual recairá a interpretação do investigador e a, conseqüente, descoberta científica consistirá, igualmente, no meio através do qual irá ser feita a apresentação e a comunicação dos resultados.

2. *Corpus*

Uma vez que nas investigações sobre comunicação o material é, regra geral, extenso, é necessário efectuar uma selecção que evite a arbitrariedade e a parcialidade (Romero, 1991). Para tal, e de acordo com Kientz (in Romero, 1991), é necessário seleccionar as emissões que pretendemos analisar, determinar os exemplares tendo em conta os objectivos da investigação, e, por fim, escolher os conteúdos que estão relacionados com a investigação. No caso concreto da nossa investigação, o *corpus* é constituído pelas notícias que emergiram de rádios nacionais durante o ano de 2013, nomeadamente da Antena 1, da TSF e da Rádio Renascença, referentes à actuação policial nos grandes eventos políticos.

Para Bardin (1977), a definição e o tratamento do *corpus* deve submeter-se às regras da exaustividade (uma vez definido, tem de se ter em conta todos os elementos que o compõem) e da representatividade (a análise pode recair sobre uma amostra e ser considerada rigorosa desde que seja uma parte representativa do universo inicial). No caso concreto da nossa investigação, diga-se que, precisamente, foi analisado o universo referente ao hiato temporal seleccionado (ano civil de 2013), difundido pelas fontes de informação definidas *a priori* (Antena 1, TSF e Rádio Renascença). Porém, para Bardin (1977) os critérios da exaustividade e da representatividade devem ser acompanhados pelas regras da homogeneidade (os critérios de escolha devem ser precisos, não apresentando demasiada singularidade e os materiais devem referir-se todos à mesma temática, através da utilização de técnicas de selecção idênticas realizadas por indivíduos semelhantes) e da pertinência (devem ser adequados ao objectivo que se pretende alcançar). No nosso estudo, e visto que o objectivo da investigação é analisar a percepção difundida pelos meios radiofónicos acerca da actuação policial nas manifestações, todas as notícias que compõem o nosso *corpus* fazem, de alguma forma, menção à actuação da Polícia nos eventos seleccionados cumprindo, deste modo, os pressupostos da homogeneidade e da pertinência.

Passemos, então, à descrição do *corpus* (vd. Anexo 5) deste trabalho. O *corpus* é constituído por 37 notícias difundidas pelas estações radiofónicas Antena 1, Renascença e TSF, durante o ano civil de 2013. Todas estas notícias se referem à actuação policial em grandes eventos de cariz político, nomeadamente na manifestação dos “Professores” em 26 de Janeiro, na “Jornada nacional de acção e luta, contra medidas de austeridade governamental”, organizada pela CGTP a 16 de Fevereiro, no protesto “Que se lixe a

Troika – o povo é quem mais ordena” em 2 de Março, no manifesto dos professores antes dos exames, realizado a 15 de Junho, na “Manifestação das Forças e dos Serviços de Segurança” em 21 de Novembro, e, por fim, na “Greve Geral – Dia da Indignação”, mais uma vez organizada pela CGTP no dia 26 de Novembro. Em relação à selecção deste último evento importa referir que a sua escolha, em detrimento do protesto de 19 Outubro, organizado, também ele, pela CGTP e que envolveu cerca de quatrocentos autocarros vindos de todo o país com destino a Lisboa, teve como objectivo constatar as possíveis interferências que uma manifestação tão marcante para a sociedade, como foi o caso do protesto das Forças e dos Serviços de segurança, pode ter no discurso jornalístico produzido no âmbito de grandes eventos políticos que se seguiram.

3. Instrumento: Análise de conteúdo

A linguagem humana “exprime, verifica, descreve, transmite, argumenta, proclama, prescreve” (Morin, 1987, p. 143), estando presente em todas as operações cognitivas. O estudo do discurso humano foi, desde cedo, alvo do interesse científico, que se debruçou sobre um aspecto transversal a todos os actos humanos: a linguagem.

Uma vez que a nossa pesquisa incidirá sobre a produção noticiosa difundida pelas rádios nacionais durante o ano civil de 2013, utilizámos a análise de conteúdo como o método mais adequado pois, como referem Pais et al. (2013), o instrumento mais adequado no tratamento de dados imunes às influências da investigação, em que a sua produção constitui um acto livre dos seus autores é, precisamente, a análise de conteúdo. Assim, e como afirma Weber (in Pais, 2004), o facto de nenhum dos intervenientes no processo comunicativo em estudo ser conhecedor da análise que, posteriormente, irá ser realizada, constitui uma vantagem deste instrumento, dissipando as interferências extrínsecas nos dados que são observados.

Para Bardin (1977) os objectivos da análise de conteúdo são a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura, através da leitura profunda. Já Krippendorff (2004) considera que esta é uma técnica investigatória que permite a produção de inferências, obtidas dos materiais, para o seu contexto. Assim, uma análise de conteúdo que se debruce apenas sobre o conteúdo resulta pobre, sendo apenas enriquecida pela relação com tudo o que envolve a mensagem, como por exemplo o canal onde esta é veiculada (Romero, 1991). A análise só fará sentido depois de feitas inferências que ofereçam significação aos resultados (Bardin, 1977), pois como refere Morin (1987)

uma ideia isolada só adquire consistência quando inserida num sistema que a integra. Porém, estas inferências não podem basear-se nos processos opinativos do investigador: este deve proceder segundo critérios especializados que dissociem a sua ligação com crenças ou juízos valores (Krippendorff, 2004), independentemente da sua origem.

A análise de conteúdo é utilizada, fundamentalmente, com o objectivo de efectuar e replicar inferências válidas dos textos que constituem o suporte material, tendo em consideração os contextos onde são produzidos e usados, aumentando a compreensão de um determinado fenómeno (Krippendorff, 2004).

Para Morin (1987) o conhecimento objectivo baseia-se na observação/verificação, na prática/técnica, nas comunicações/confrontações, no recurso à memória pessoal e ao saber colectivo. Assim, a objectividade científica não advém apenas da verificação sistemática e do controlo dos dados e das relações estabelecidas entre eles. Ela provém da relação entre as teorias e os dados/relações objectivas. Desta forma, e porque a objectividade deriva, igualmente, da sistematização das etapas e dos processos que constituem a análise, importa compreender as regras da análise de conteúdo que procuram dirimir as possibilidades desta ser ameaçada pela falta de objectividade científica, constituindo os mecanismos de segurança que sustentam todo o processo analítico. Como afirma Morin (1987), um sistema de ideias deve ser, simultaneamente, aberto e fechado: aberto porque se alimenta de verificações externas, e fechado porque se deve defender das degradações e agressões do exterior.

Toda a investigação que pretenda alcançar qualidade científica e, conseqüentemente, a aceitação dos seus resultados como credíveis (Krippendorff, 2004) deve buscar a validade em todos os procedimentos utilizados. Para Ghiglione e Matalon (1997) a validade é definida pela fixação dos objectivos e dos fins sem que haja distorção dos factos em análise. Assim, importa descrever e compreender todos os processos que devem integrar a análise de conteúdo. Como refere Bardin (1977), a análise de conteúdo deve comportar três etapas distintas. A primeira, a pré-análise, comporta a escolha dos documentos, dos objectivos da investigação e a formulação de indicadores que nos auxiliem na interpretação final. Situa-se num plano mais intuitivo, de organização e consolidação das ideias iniciais, sustentadas nas leituras “flutuantes” (Bardin, 1977) realizadas pelo investigador. A segunda é a exploração do material, aplicando sistematicamente as decisões que foram tomadas na pré-análise (Bardin, 1977). Engloba as tarefas de codificação ou enumeração do material, de acordo com as regras estabelecidas na pré-análise. Esta é, talvez, uma das etapas mais importantes na

análise de conteúdo e na certificação da credibilidade dos seus resultados, sobre a qual nos debruçaremos mais aprofundadamente de seguida. Por fim temos o tratamento dos resultados em que o analista, através da sua compreensão, extrai inferências e adianta interpretações que vão ao encontro dos objectivos da investigação (Bardin, 1977).

A codificação do material, que tem como objectivo a simplificação da representação do conteúdo, consiste na inserção de porções do conteúdo (unidades de registo) que comportam em si características partilhadas pela categoria na qual serão introduzidas (Pais et al., 2013). A categoria é o conjunto de termos-chave e de outros indicadores que descrevem uma ideia (Silva & Pinto, 1986) e que permitem a diferenciação de elementos constitutivos de um conjunto possibilitando que, posteriormente, estes sejam reagrupados e interpretados (Bardin, 1977). Assim, a categorização permite a organização do meio ambiente, reduzindo a sua complexidade, uma vez que o discurso contém, simultaneamente, aspectos racionais e não racionais, conscientes e não conscientes (Silva & Pinto, 1986). Segundo Bardin (1977) o processo de categorização deve respeitar o princípio da exclusão mútua (não pode existir um elemento em mais do que uma categoria), da homogeneidade (as regras de classificação devem ser sempre as mesmas), da pertinência (o sistema de categorias deve ir ao encontro das pretensões da investigação), da objectividade e da fiabilidade (mesmo quando submetidas a várias análises os elementos devem ser categorizados da mesma maneira) e, por fim, da produtividade (as categorias devem produzir resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e dados exactos).

Claro está que a análise de conteúdo e o, conseqüente, exercício de codificação realizado pelo analista requer, como qualquer outro instrumento científico, a utilização de procedimentos específicos que garantam não só a validade das suas conclusões como a replicabilidade do estudo (Pais et al., 2013). É nesta senda que Bardin (1977) aponta como principal procedimento da análise de conteúdo a verificação da validade do estudo e, assim, a aceitação e a partilha dos resultados pela comunidade científica. A qualidade da análise só pode ser reconhecida através da aplicação de processos relativos à fiabilidade inter-codificadores (Ghiglione & Matalon, 1997; Krippendorff, 2004), alcançada através da mesma codificação por parte de codificadores diferentes, e da fiabilidade intra-codificadores (Silva & Pinto, 1986), alcançada através da codificação, por parte de um codificador, do mesmo modo mas em momentos diferentes.

Porém, importa não esquecer que, como referem Ghiglione e Matalon (1997), a fiabilidade da investigação, associada a critérios de credibilidade dos resultados e,

consequentemente, ao processo de codificação, depende do codificador mas também do instrumento de codificação por si utilizado. Desta forma, a utilização de categorias isentas de ambiguidade constitui uma garantia de estabilidade e pressupõe a credibilidade dos resultados (Ghiglione & Matalon, 1997; Krippendorff, 2004; Pais et al., 2013;), disseminando a probabilidade do exercício de codificação suscitar dúvidas nos analistas e, assim, a contaminação das suas conclusões. De acordo com Ghiglione e Matalon (1997) existem dois procedimentos distintos no processo de categorização: fechados e abertos. No primeiro procede-se à análise a partir de categorias definidas a priori, resultantes da análise do quadro teórico de referência. Já no que diz respeito aos procedimentos abertos estes evidenciam o carácter exploratório da investigação, uma vez que o quadro categorial vai sendo construído à medida que se verificam as características e as necessidades próprias dos dados em análise. Todavia, não podemos descurar a existência de um terceiro processo, o procedimento misto (Pais, 2004), que permite que, através da junção dos dois procedimentos descritos anteriormente, o analista adopte uma atitude “expectante” (Pais, 2004) em relação à possibilidade de criar novas categorias e/ou subcategorias, emergentes da análise. Desta forma a maleabilidade e adaptabilidade da análise são uma realidade, uma vez que, como já foi referido, o analista não possui qualquer controlo sobre a produção dos dados que constituem o *corpus* do trabalho, possibilitando a ocorrência de novos indicadores.

Concluindo, a utilização de procedimentos utilizáveis e confiáveis (Krippendorff, 2004) mostra-se um pressuposto fundamental no reconhecimento da qualidade científica da investigação, através da fiabilidade, validade e credibilidade das suas conclusões.

4. Procedimento

A fase empírica na qual nos encontramos não pode olvidar os conhecimentos assimilados durante todo o enquadramento teórico. Só assim poderemos observar os resultados e deles extrapolar conclusões válidas que confluem para o objecto em estudo.

Como já foi referido, a pesquisa debruçou-se sobre as notícias radiofónicas, nomeadamente as que foram difundidas pela Antena 1, pela Renascença e pela TSF, no decorrer do ano civil de 2013 referentes à actuação policial nos grandes eventos políticos mencionados anteriormente. Para tal, foi feita uma pesquisa na base CISION

MAI, de forma a recolher e seleccionar as notícias que obedecessem aos critérios pretendidos. Contudo, para que fosse possível, foi necessário solicitar ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP) da PSP (vd. Anexo 6) a autorização e o respectivo registo que nos permitisse entrar neste serviço.

Já na base de dados, a investigação desenrolou-se mediante a definição de pesquisa avançada, de seguida na instância relativa às “Datas” foi definido o hiato temporal compreendido entre 01/01/2013 até 31/12/2013, no “Tipo de meio” escolhemos a rádio, na “Fonte” seleccionámos a componente “Notícias (PT)” referente às três estações radiofónicas em estudo (Antena 1, Renascença e TSF) e, por fim, no “Texto a pesquisar” onde foram inseridos os nove descritores definidos *a priori*: “greve geral”, “indignados”, “manifestação”, “polícia”, “policiamento”, “protesto”, “PSP”, “rasca”, e “troika”. Assim, no descritor “greve geral” o resultado foi de 392 notícias, para “indignados” 49, para “manifestação” 686, para “polícia” 467, para “policiamento” 36, para “protesto” 858, para “PSP” 690, para “rasca” 2 e, por fim, para “troika” 2553, o que fez um total de 5733 notícias.

Posteriormente foi feita a filtragem tendo em conta o horário nobre da rádio, ou seja, entre as 07H00 e as 09H00 da parte da manhã, e entre as 18H00 e as 20H00 da parte da tarde. Esta escolha baseia-se no facto de este meio de comunicação ser utilizado, maioritariamente, enquanto os seus ouvintes se deslocam para o trabalho e ao fim do dia durante o percurso de regresso a casa. Assim, e à medida que se foi verificando os horários em que as notícias foram difundidas, foi aplicado o filtro tendo em conta os eventos definidos, ou seja, a manifestação de 26 de Janeiro dos “Professores”, a “Jornada nacional de acção e luta, contra medidas de austeridade governamental”, organizada pela CGTP a 16 de Fevereiro, o protesto “Que se lixe a Troika – o povo é quem mais ordena” de 2 de Março, o manifesto dos professores antes dos exames, realizado a 15 de Junho, a “Manifestação das Forças e dos Serviços de Segurança” em 21 de Novembro, e a “Greve Geral – Dia da Indignação” de 26 de Novembro. Desta forma, obtivemos um total de 180 notícias. De seguida procedeu-se à consideração das notícias respeitantes à actuação policial, constatando a inexistência de qualquer notícia respeitante ao descritor rasca. Desta forma, e dada a sua perda de importância mediática, a sua possível eliminação será algo a ter em consideração em investigações futuras. Assim, o nosso universo ficou reduzido a 80 notícias.

Contudo, para que o *corpus* fosse, definitivamente, definido, foi necessário suprimir as notícias duplicadas em razão de o seu conteúdo conter dois ou mais

descritores. Desta forma, e porque a pesquisa foi realizada para cada descritor de forma isolada, algumas das notícias recolhidas repetiam-se na selecção que foi feita tendo em conta os vários descritores. Este facto foi facilmente solucionado, através da constatação da duplicação dos números de identificação. Assim, procedeu-se à eliminação de 43 notícias, o que fez com que o *corpus* do nosso estudo compreenda 37 notícias.

Neste seguimento, procedeu-se à análise do conteúdo das notícias que constituem o *corpus* deste trabalho, através da aplicação de técnicas que, como afirma Bardin (1977), têm como objectivo a obtenção de indicadores que nos permitam inferir conhecimentos acerca das condições de produção e de recepção das mensagens. Para tal, foi usado um procedimento misto (Pais, 2004), aplicando a grelha categorial (vd. Anexo 7) utilizada nos estudos realizados por (Machado, 2012; Pereira, 2012; Rodrigues, 2013; Santos, 2013; Serra, 2012; Varela, 2013). Desta forma, atentámos à possibilidade de, através da constatação de novas características nos documentos analisados, inserir novas categorias ou subcategorias, promovendo a maleabilidade e adaptabilidade da investigação aos dados sobre os quais recaiu a análise. Como consequência, foi necessário proceder à criação de uma nova subcategoria, inserida na categoria (F) referente ao “Enquadramento/Descrição” dos eventos. Esta subcategoria denomina-se por “F.9 – História”, e comporta todas as u.r. que fazem referência a manifestações ocorridas no passado.

Relativamente às regras de fiabilidade e validade, importa referir que estas constituíram um pressuposto fundamental ao longo de toda a investigação. Assim, assegurou-se a fiabilidade inter-codificadores, garantida através da codificação das mesmas unidades de registo por vários analistas a trabalhar na Linha de Investigação em que este estudo se insere. No que diz respeito à fiabilidade intra-codificadores, esta é assegurada através da codificação sistemática dos mesmos elementos do conjunto pelo mesmo analista mas em momentos distanciados no tempo.

Para além destes processos de fiabilidade, a validade dos resultados só pode ser obtida através da exposição detalhada de todos os procedimentos adoptados ao longo do estudo (Pais, 2004), permitindo uma possível réplica. Desta forma, e como foi possível verificar, procedemos à pormenorização de todos os processos utilizados, tanto no que diz respeito à selecção dos dados bem como à sua posterior análise.

Finalizada a codificação e a contagem das unidades de registo procedeu-se, então, à análise dos resultados, inferindo alguns conhecimentos derivados da sua observação.

III. Apresentação, análise e discussão dos resultados

1. Visão geral

Este trabalho incide sobre a percepção que é transmitida pelos meios radiofónicos (Antena 1, TSF e Rádio Renascença), relacionada com a actuação policial nas manifestações previamente seleccionadas e que ocorreram no ano de 2013. Desta forma, e como já foi referido, a nossa análise debruçou-se sobre 37 notícias radiofónicas que constituem o *corpus* deste trabalho. Assim, começamos por apresentar a distribuição noticiosa por cada evento, e procederemos à sua análise e interpretação. Os valores são apresentados no formato percentual de forma a facilitar a sua compreensão.

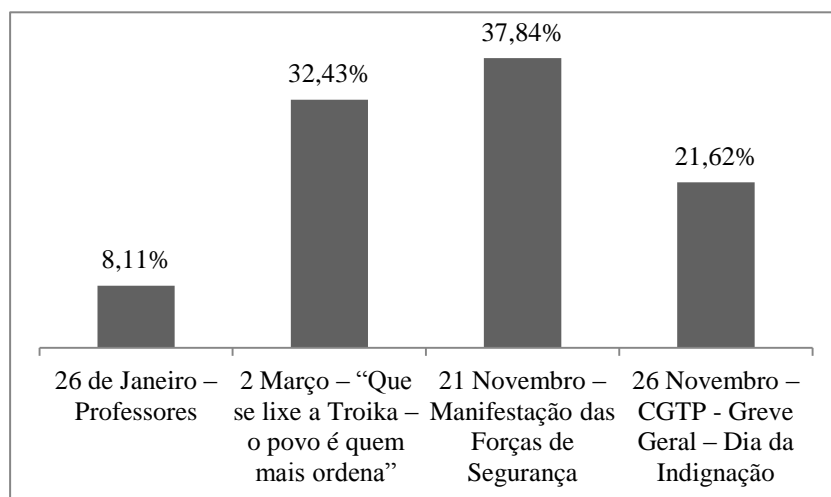


Figura 1. Distribuição em percentagem das notícias por evento.

Da observação do gráfico da figura 1, desde logo nos apercebemos da inexistência de notícias referentes à actuação policial na manifestação de 16 de Fevereiro, organizada pela CGTP, e no protesto dos professores antes dos exames nacionais, realizado no dia 15 de Junho. Ainda que os motivos que levaram à convocação destes dois protestos se circundassem de grande relevância social, a pacificidade com que os manifestantes se fizeram expressar pode ser uma das justificações para que não tenha sido dada atenção, por parte dos *media*, à segurança da manifestação e, portanto, à actuação da polícia.

Como é possível observar, os eventos com uma maior cobertura mediática, por parte da rádio, foram o protesto realizado pelas Forças de Segurança no dia 21 de Novembro, a manifestação “Que se lixe a Troika – o povo é quem mais ordena”, realizada no dia 2 de Março, e o dia da Greve Geral, convocada pela CGTP, em 26 de Novembro. Desta forma, a notoriedade e a relevância (Traquina, 2005) destes acontecimentos (o primeiro porque reuniu elementos pertencentes a uma fracção da sociedade com grande relevância, as Forças e os Serviços de Segurança, e os restantes devido às motivações que estão na sua génese e que, de alguma forma, despertaram a reunião de um número elevado de pessoas, pertencentes a todas as fracções da sociedade) parecem estar na origem da sua intensa cobertura mediática.

Já no que diz respeito à manifestação que abarca um menor número de notícias, a manifestação dos Professores, realizada em 26 de Janeiro de 2013, parece-nos que o facto de pressupor motivações particulares, próprias de um grupo específico da sociedade, terá funcionado como valor de exclusão da noticiabilidade. Desta forma, para além da pacificidade que caracterizou esta manifestação e que, por isso, promoveu um fraco enfoque mediático na actuação policial, a sua realização não foi envolta de relevância social suficiente que estimulasse a sua noticiabilidade.

Antes de passarmos à análise categorial, importa ainda referir que a maioria das notícias são transmitidas no dia antes, no próprio dia ou no dia seguinte ao da realização do evento (vd. Anexo 5), denotando a preocupação dos *media* em prosseguir a novidade (Traquina, 2005) informativa, produzindo informação de última hora. Tal aspecto vai ao encontro do que afirma Fontcuberta (2002, p. 13) em relação à definição de notícia: “comunicação, a um público interessado, de um facto acabado de se produzir”.

Posto isto, passemos agora à discussão dos resultados obtidos com a análise de conteúdo de todas as notícias. No total obtivemos 1643 unidades de registo (u.r.), inseridas nas várias categorias e subcategorias (vd. Anexo 8) que compõem a grelha categorial utilizada.

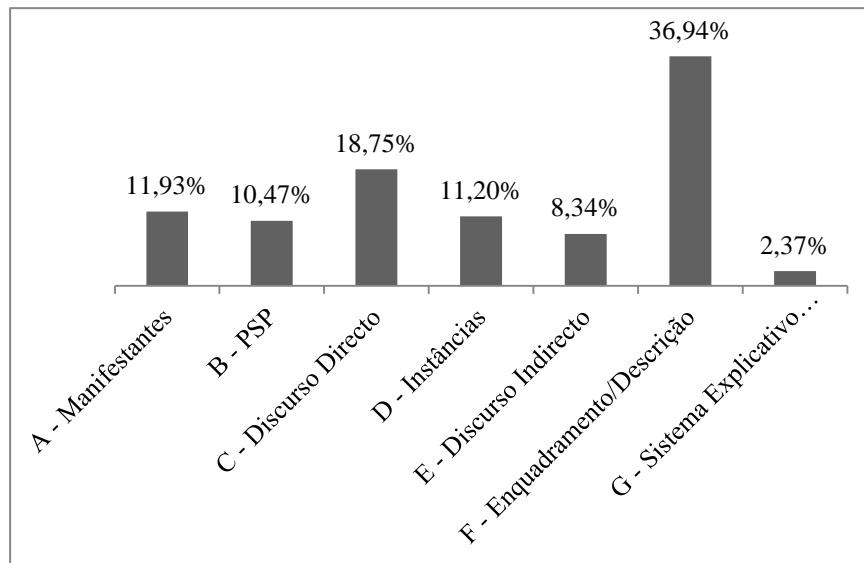


Figura 2. Distribuição em percentagem das u.r. por categoria.

Através do gráfico da figura 2 constatamos que a categoria com uma maior frequência é a que corresponde ao enquadramento e à descrição dos eventos (F). Este facto ocorre, muito provavelmente, devido à objectividade que deve estar presente na actividade jornalística uma vez que, como refere Gradim (2000), é impossível desvalorizá-la quando se pretende realizar informação. Assim, a descrição e a caracterização dos acontecimentos são os aspectos mais referidos nos conteúdos radiofónicos, influenciados pelas características do próprio meio onde a informação é veiculada. A segunda categoria mais frequente é o discurso directo (C) recolhido, maioritariamente, durante as manifestações, em contraposição com o discurso indirecto (E) que é a segunda categoria com menos frequência. Este aspecto contrasta com o estudo realizado por Figueiredo (2012), cujos resultados obtidos caminharam no sentido oposto. Assim, a justificação para esta alteração quanto aos recursos discursivos utilizados parece situar-se na automatização das rotinas dos OCS que permite que estes maximizem a captação de acontecimentos potencialmente noticiáveis, aumentando a eficácia no modo de lidar com eles (McQuail, 2003). Das categorias com menos u.r. temos aquela onde foi codificada a informação relativa à PSP (B) o que, na sequência do que foi referido, não nos surpreende, já que em todos os eventos não se registaram confrontos entre manifestantes e polícia. A categoria com menos frequência foi o sistema explicativo espontâneo (G).

2. Origem/fontes de informação

As fontes de informação são o elemento fundamental da produção noticiosa (Santos, 2006). Contudo, nem sempre as fontes noticiosas advêm do exterior. Como refere Crato (1992), a criação noticiosa pode ser realizada através do recurso a fontes internas à instituição jornalística, ou seja, utilizando os dados recolhidos pelo jornalista ou por um colega de profissão. Ainda assim, a utilização das fontes externas confere, maioritariamente, uma credibilidade noticiosa e uma objectividade, muitas vezes aparente, que dificilmente é alcançada de outra forma. Deste modo, procederemos à análise de quatro categorias que, de alguma forma, se referem à origem das informações que são veiculadas pelas rádios: discurso directo (C); o discurso indirecto (E); as instâncias (D); e, o sistema explicativo espontâneo (G). Analisemos, agora, a categoria referente ao discurso directo (C). Quem fala de viva voz?

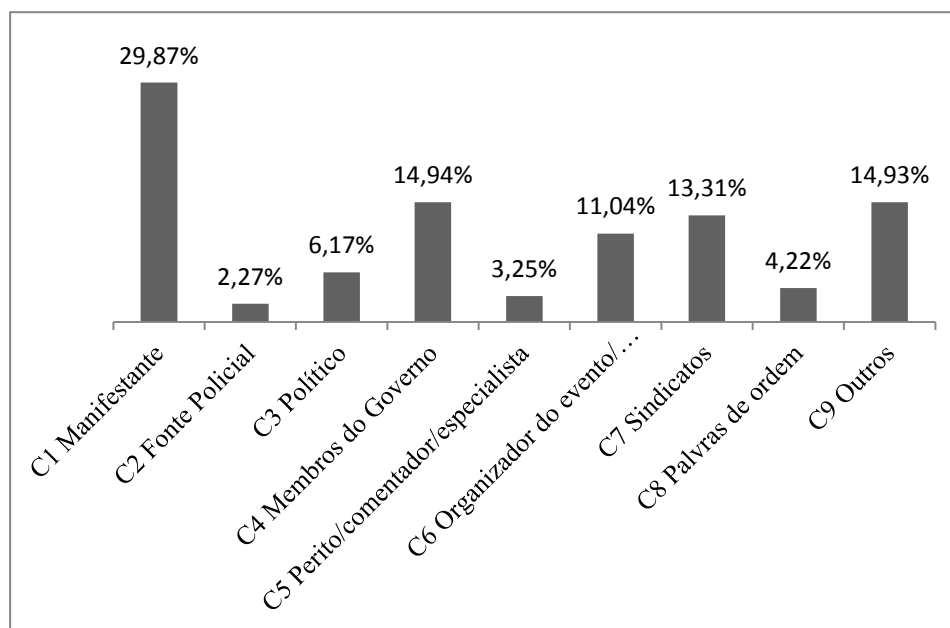


Figura 3. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Directo (C).

Uma fonte de informação é a entidade, o grupo ou o indivíduo que oferece dados ou informações aos jornalistas, avisando-o da ocorrência de realizações ou relatando factos de um determinado acontecimento (Santos, 2006). Assim, dificilmente a actividade jornalística sobrevive sem fontes de informação. Como refere Rebelo (2002), as instituições jornalísticas interessam-se, essencialmente, pelas fontes consideradas

credíveis, que lhes forneçam informações oportunas e com grande margem de produtividade noticiosa. Seria de esperar que as fontes provenientes do poder político (C.3) ou as fontes policiais (C.2), cuja procura jornalística é uma constante (Santos, 2006), fossem os intervenientes com maior tempo de antena. Contudo, e porque o formato utilizado pela rádio na produção e difusão das suas notícias não pode ser menosprezado, importa referir que as estações radiofónicas baseiam grande parte da sua agenda, relacionada com os grandes eventos políticos, na difusão de notícias produzidas *in loco* e em directo para todos os ouvintes. Desta forma, e dada a notoriedade e a relevância/impacto (Traquina, 2005) destes acontecimentos, as palavras dos manifestantes (C.1) acabam por assumir o destaque noticioso, uma vez que constituem o objecto principal do acontecimento, detendo uma grande quantidade de informação pertinente e relevante para o público e que, de outra forma, seria, certamente, inalcançável. Mais uma vez, tal facto contrasta em absoluto com os resultados obtidos por Figueiredo (2012), o que reforça a ideia de que a automatização dos processos mediáticos em relação a estes eventos possibilita a realização de uma cobertura mais próxima dos acontecimentos. Desta forma, e como refere Traquina (2005, p. 37), “o imediatismo age como medida de combate à deterioração do valor da informação”. Assim, podemos concluir que a causa da sua grande representatividade se cifra, essencialmente, na instantaneidade que caracteriza a rádio e na actualidade que deve caracterizar as notícias, funcionando como um pressuposto da manutenção do valor da informação.

Como refere Santos (2006), os jornalistas socorrem-se muitas vezes de fontes não oficiais, principalmente quando estas, através da disseminação de temas e acontecimentos relevantes, criam o agendamento mediático. Por outro lado, o discurso dos manifestantes é marcadamente sensacionalista e (e.g., “Isto é um assalto às pessoas” – notícia 5; “Portanto é preciso que seja entregue a palavra ao povo” – notícia 8; “Basta destes roubos ao povo trabalhador” – notícia 14) proferido, quase sempre, de forma bastante intensa. É nesta senda que Santos (2006) refere que os jornalistas, para além das fontes oficiais, necessitam de outras fontes que forneçam informações capazes de levar à criação de histórias escandalosas e dramáticas. Deste modo, os *media* pretendem captar a atenção da audiência através da espectacularização dos seus conteúdos (McQuail, 2003) mas, também, pela procura daquilo que o público quer ouvir uma vez que, como afirma Wolf (1987), é mais provável que a audiência se exponha à informação que vai ao encontro das suas atitudes e das suas necessidades (importa não

esquecer que as motivações dos manifestantes são, regra geral, partilhadas pelos restantes indivíduos, muito por culpa dos circunstancialismos socioeconómicos actuais). Assim, verificamos que a reconstrução da realidade é, maioritariamente, feita através da recolha e difusão de informação que vai ao encontro dos condicionalismos organizacionais, dos juízos profissionais e das expectativas em relação ao comportamento da audiência (Santos, 2006). Estamos, assim, perante a *audience-driven* que, como refere Uscinski (2009), demonstra o papel interventivo que as necessidades do público podem ter na produção dos conteúdos noticiosos. Os objectivos da empresa jornalística são assim alcançados, incrementando os rendimentos associados à audiência dos produtos (Rebelo, 2002), através da promoção da importância de determinados aspectos e conteúdos (*priming*) para os indivíduos, fomentando a sua selecção. Neste seguimento, são criados, muitas vezes, enquadramentos (*frames*) que interferem na percepção da realidade por parte dos ouvintes, propagados, em grande medida, devido ao critério sensacionalista enquanto promotor de lucros económicos.

De seguida, e com uma percentagem bastante próxima, temos o discurso proferido por membros do governo (C.4) e por actores diversos (C.9). No primeiro caso, a “qualidade moral” (Becker, in Greer & McLaughlin, 2010) reconhecida aos intervenientes políticos pode justificar a maior abertura mediática aos seus discursos. Já no que diz respeito aos actores diversos, constatamos que a maioria destes discursos são enunciados por actores com autoridade igualmente reconhecida no seio das sociedades, nomeadamente no âmbito da segurança interna, como é o caso da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI). No que diz respeito aos conteúdos destas proclamações, a maioria refere-se à manifestação das Forças e dos Serviços de Segurança, cuja actuação policial ficou envolta em polémica devido à invasão das escadarias da Assembleia da República por parte dos manifestantes. Ainda assim, foi possível verificar que, no que diz respeito ao discurso feito pelo Governo, proferido maioritariamente pelo Ministro da Administração Interna (MAI), apenas há a registar uma referência negativa face à actuação policial e nenhuma referência negativa por parte da IGAI. Tal facto leva-nos a pensar que o discurso que é proferido pelo Governo (que tutela a PSP) e pela IGAI é marcadamente ponderado, minimizando as consequências da acção policial (“Tenho a certeza de que a mensagem foi clara e de que não precisará mais de ser reafirmada – notícia 26; “Temos que ponderar cada uma das situações e depois dessa ponderação tomaremos uma decisão” – notícia 27), evitando efectuar juízos valorativos.

Os discursos dos sindicatos (C.7) e dos organizadores dos eventos (C.6) revelam-se menos prevalentes. Em ambos os casos o discurso incide, essencialmente, sobre as motivações da convocação dos protestos, sendo dada pouca atenção à actuação da Polícia, o que pode ser facilmente compreensível pela inexistência de registos de confrontos entre protestantes e a Polícia. No entanto, do número reduzido de referências à actividade das Forças de Segurança, protagonizado pelos organizadores do evento, constatamos a existência de três referências negativas. Estas referem-se, essencialmente, à actuação da Guarda Nacional Republicana no protesto dos professores, realizado no dia 26 de Janeiro, quando a passagem de “uma centena de autocarros que transportavam professores para o protesto em Lisboa” (notícia 2) foi bloqueada devido a um acidente.

A pouca expressão das fontes policiais nestes eventos pode ser explicada pela intervenção diminuta da PSP (C.2) nestas manifestações. Importa referir que o discurso policial nestes casos é, sempre, identificado e proferido antes da realização dos eventos, dissipando algumas questões que vão sendo levantadas em relação à segurança destes acontecimentos (e.g – “Não temos notícia de que poderá haver qualquer tipo de foco à partida” – notícia 11). Todavia, e ainda que tal seja benéfico para a compreensão da actuação policial, estas informações deveriam, não só responder a questões que colocam em causa a eficácia policial nestes eventos mas, também, prever situações que possam destabilizar a credibilidade policial (Lang & Lang, in Greer & McLaughlin, 2010). Por outro lado, e porque a intervenção das fontes policiais após a realização destes eventos é inexistente, é patente a pouca disponibilidade da Polícia em dissipar ou minimizar as questões que são levantadas depois dos acontecimentos, como foi o caso da polémica instaurada na esfera pública depois da manifestação das Forças e dos Serviços de Segurança, e que não foi merecedora de qualquer comentário por parte da Polícia. Contudo, seria igualmente de esperar que os meios radiofónicos procurassem obter da Polícia algumas informações úteis e dotadas de credibilidade que pudessem consistir num suporte seguro para a produção noticiosa.

Tendo analisado o discurso directo proferido na rádio, passemos, então, ao discurso indirecto, denotando algumas das suas características principais.

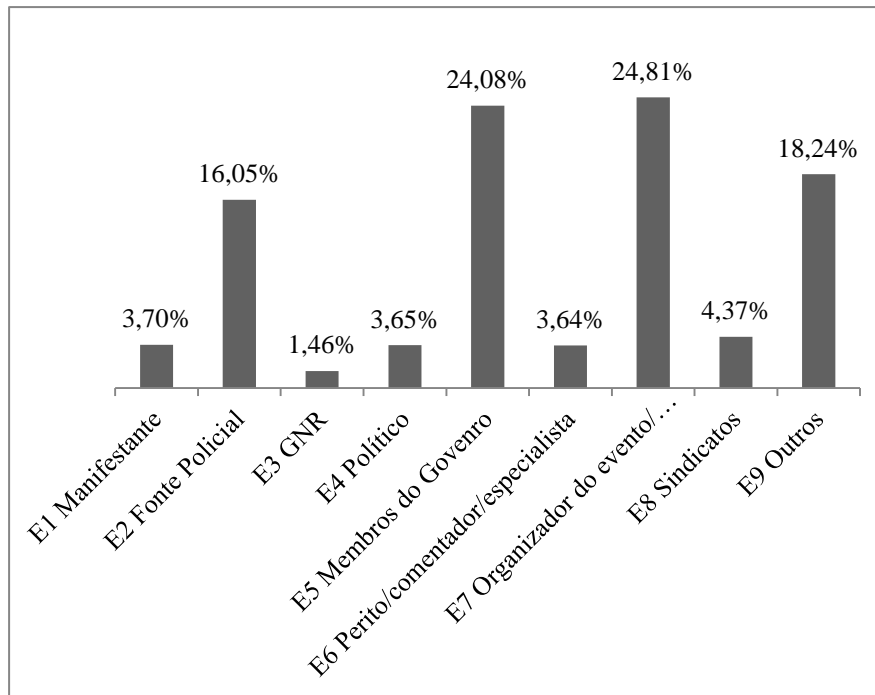


Figura 4. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Indirecto (E).

Da observação do gráfico da figura 4 percebemos, desde logo, que o discurso dos membros do governo (E.5) e dos organizadores dos eventos (E.7) são referidos, preferencialmente, de forma indirecta pelos meios radiofónicos. A sua justificação pode basear-se no facto de, fora do âmbito da realização destes eventos, estes serem os actores mais adequados para fornecer informação sobre os motivos, o decurso e as consequências atinentes a estes acontecimentos. Para além disso, e de acordo com o gráfico da figura 4, constatamos que os vários actores (E.9) que interferem nas notícias relacionadas com esta temática, como a IGAI ou o Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) assumem, igualmente, uma posição privilegiada no seio da comunidade jornalística no fornecimento de informação. No mesmo seguimento, constatamos que o discurso proveniente das fontes policiais é, maioritariamente, reproduzido de forma indirecta. Aqui, outro dado importante se levanta: 68,18% das referências indirectas, referentes ao discurso da PSP, são feitas com base em fontes não identificadas, contra apenas 13,63% das fontes identificadas explicitamente. Para Santos (2006, p. 76), “a fonte tem de ser identificada”, sob pena de, como refere Fontcuberta (2002), os *media* difundirem notícias especulativas, isto é, construídas sobre hipóteses não comprovadas ou rumores não confirmados. Assim, e uma vez que esta regra é, visivelmente, menosprezada, a

citação de fontes anónimas pode suscitar, como refere Santos (2006), uma forma de ocultação de opiniões do jornalista, fontes oficiais ou até de amigos creditados do jornalista, o que pode provir de dificuldades em conseguir informações fornecidas por fontes oficiais. Os discursos dos sindicatos (E.8) e os manifestantes (E.1) surgem depois, o que, no caso destes últimos, demonstra a clara preferência dos meios radiofónicos em ouvi-los na primeira pessoa, de viva voz e preferencialmente no decurso dos eventos. O discurso proferido, de forma indirecta, pela GNR é o que menos tempo de antena tem, o que não causa estranheza já que a maioria destes eventos decorre em áreas de jurisdição da PSP.

A menção às instâncias que são referidas no discurso radiofónico acerca da actuação policial nos grandes eventos de cariz político é, igualmente, importante.

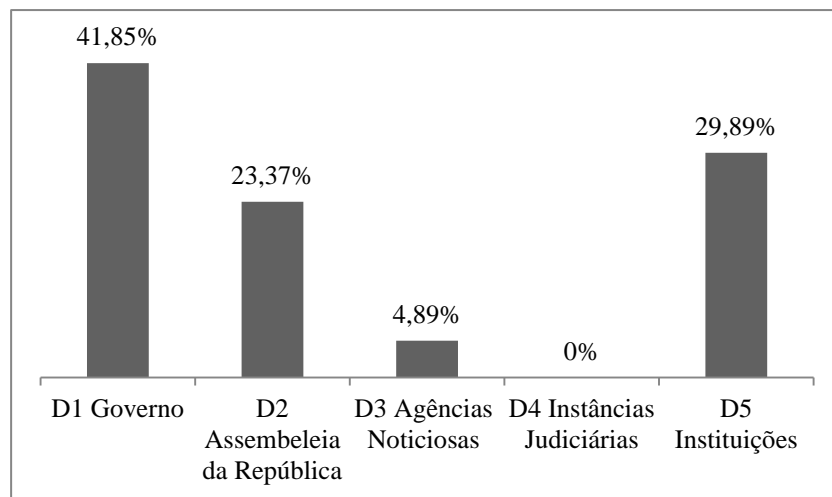


Figura 5. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Instâncias (D).

Como podemos observar através do gráfico da figura 5, o Governo (D.1) é a subcategoria com um maior volume de ocorrências. Uma vez que nos debruçamos sobre os grandes eventos de cariz político, este facto não nos surpreende. Devido às motivações destes eventos comportarem uma forte vertente política, o Governo constitui o principal foco das manifestações e, conseqüentemente, dos protestantes. Ora, sendo dada grande primazia ao discurso destes últimos, é perceptível o grande número de ocorrências em relação a esta subcategoria. Contudo, este não é o único factor que conflui para esta situação. Como já observámos através do gráfico do discurso indirecto (vd. figura 4), os membros do Governo são frequentemente referidos nos discursos noticiosos, constituindo fontes de informação importantes. A segunda subcategoria mais

frequente são as instituições, muito por culpa do número elevado de referências à Troika e à IGAI: a primeira por ser um dos alvos da maioria dos protestos e a segunda devido à polémica instalada em torno da actuação policial na manifestação das Forças e dos Serviços de Segurança. Quanto à Assembleia da República, o número significativo de ocorrências deve-se, essencialmente, ao facto de este ser um dos locais privilegiados pelos manifestantes para exporem o seu descontentamento, em grande medida devido à componente simbólica atinente àquele edifício: é ali que grande parte das medidas que são contestadas recebem o apoio político. Por outro lado, este é um local que, como refere Waddington (2012), possui um evidente valor cultural e áreas que não podem ser transpostas, fazendo deste edifício um alvo apetecível dos manifestantes para, assim, promoverem a visibilidade dos seus actos e das suas motivações.

Passemos, agora, à análise da categoria referente ao Sistema Explicativo Espontâneo (G), a categoria menos frequente nas notícias.

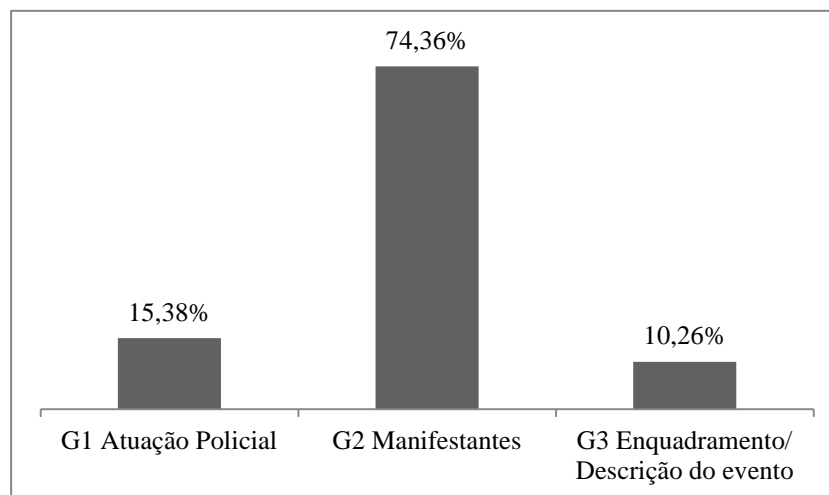


Figura 6. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G).

Do gráfico acima podemos extrair que os manifestantes (G.2) são os intervenientes sobre os quais recai a maioria das referências subjectivas, veiculadas pelos meios radiofónicos (e.g. – “Gritos, que esperam as Forças de Segurança, que cheguem mais longe” – notícia 20; “Havia muita raiva quando cantavam, havia muita raiva quando descreviam as situações difíceis por que estão a passar” – notícia 14). Assim, verificamos que, mais uma vez, os conteúdos noticiosos procuram a espectacularidade nas referências às atitudes e aos comportamentos dos manifestantes,

procurando cativar o ouvinte. Ainda que a actividade jornalística se deva pautar pela objectividade e pela, conseqüente, reprodução da realidade sem expressar as suas emoções ou dificuldades, é compreensível que as notícias se distanciem do reflexo rígido e fiel da realidade (Gradim, 2000), já que, na interpretação do acontecimento, o jornalista confronta os factos observados com as bases do seu próprio conhecimento o que, por si só, constitui a criação de uma realidade subjectiva (Correia, 1998). Para Correia (1998), a objectividade jornalística entra, muitas vezes, em contradição com a necessidade dos factos serem retratados “de forma colorida”, suscitando o interesse do público. Assim, para o autor, os *media* contemporâneos arrancam o carácter histórico do acontecimento para o projectar, de forma espectacular, no seio do quotidiano. Contudo, importa lembrar que o jornalista não constitui o único interveniente na produção noticiosa: nela participam vários actores que, como já foi possível observarmos, interferem significativamente na construção dos conteúdos (Gradim, 2000). Ainda assim, é importante ter em consideração que, em última análise, a presença de tais elementos, proferidos por jornalistas ou fontes noticiosas e que podem interferir com grande intensidade na percepção que é construída, a partir das notícias radiofónicas, pelo público, depende do exercício dos *news assemblers* (responsáveis pela transformação dos acontecimentos em ocorrências mediáticas).

No que diz respeito à actuação da Polícia (G.1), verificamos que a grande maioria das referências subjectivas, atinentes à Polícia, se referem ao número de elementos empenhados naqueles eventos. Desta forma, e devido à inexistência de confrontos entre polícias e manifestantes que reunissem uma maior atenção por parte dos OCS, não nos causa estranheza a quantidade diminuta de u.r. nesta subcategoria (apenas seis u.r.). Assim, o discurso acerca da Polícia baseia-se em informações meramente factuais, como o número de elementos, o que, ainda assim, não impossibilitou que verificássemos a existência de uma referência negativa relativamente a este facto: “De referir que são nesta altura centenas, senão alguns milhares diria 2000 pessoas, e um dispositivo de Polícia fraquinho para este tipo de situação” – notícia 16).

A emissão de referências subjectivas (ainda que acreditemos que, em algumas circunstâncias, sejam emitidas de forma involuntária, provenientes do carácter sensacional em que os jornalistas e/ou os intervenientes nas manifestações se vêm envolvidos e do qual, dificilmente, se conseguem distanciar) fomenta a difusão e a, conseqüente, percepção de elementos metacomunicativos que podem auxiliar o receptor a inserir-se na situação, compreendendo o quadro no qual esta se conforma e o

posicionamento que deve adoptar perante ela (Mendonça & Simões, 2012). Nesta senda, a actividade jornalística acaba por, em algumas circunstâncias, alterar a importância que é dada sobre alguns aspectos que estão relacionados com o mesmo assunto (Nelson & Oxley, in Druckman, 2001), originando enquadramentos que podem levar a interferências significativas nas percepções construídas pelos ouvintes. Por outro lado, como refere Rebelo et al. (2008), a rádio é considerada como o meio mais credível e capacitado para a tarefa informativa. Este aspecto, aliado ao facto de, segundo Druckman (2001), apenas as fontes credíveis poderem alterar a percepção do público através da mudança do *framing*, leva-nos a pensar que as repercussões deste tipo de discurso nos meios radiofónicos são bastante profundas. Desta forma, a difusão, pela rádio, de *frames* pode alterar profundamente a percepção que o público adquire da realidade, ainda que estes possam ser projectados para a esfera pública de forma involuntária.

3. Os eventos

Neste ponto pretendemos analisar a forma como os meios radiofónicos descrevem as manifestações em estudo, compreendendo as características às quais é dada maior prevalência e as que são descuradas no discurso da rádio.

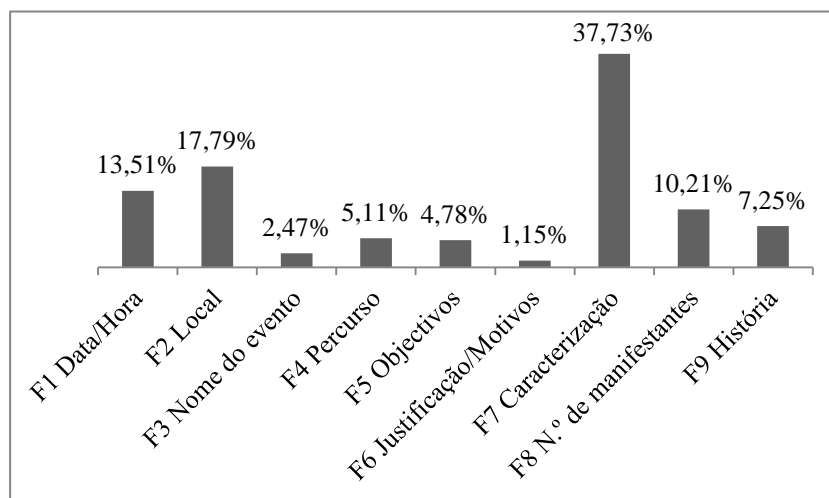


Figura 7. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Enquadramento/Descrição (F).

Como seria de esperar, a descrição/caracterização (F.7) do evento assume preponderância. Uma vez que estas notícias se debruçam sobre os grandes eventos políticos, é compreensível que os *media* centrem a sua atenção em torno das particularidades que, de alguma forma, auxiliem o ouvinte a compreender o fenómeno. A data/hora (F.1) e o local (F.2), pressupostos fundamentais do *lead* (Cardet, 1988) e indispensáveis para a informação jornalística, permitindo a compreensão de qualquer notícia, é o tipo de informação que também tem expressão. O número de manifestantes (F.8) surge em seguida, referenciado, maioritariamente, como forma de dar conta aos ouvintes da dimensão dos eventos e recorrendo, por vezes, à comparação histórica de realidades análogas ocorridas no passado (e.g- “Portanto eu penso que haverá menos pessoas do que naquelas grandes manifestações do ano passado” – notícia 8; “Foi um que se lixe a troika em Leiria com bastantes manifestantes, mais do que no 15 de Setembro.” – notícia 14), e que, de alguma forma, marcaram a sociedade. Deve aqui referir-se uma inovação no discurso jornalístico denotando uma mudança na cobertura mediática que procura, agora, caracterizar as manifestações e antever os comportamentos dos seus intervenientes com base nos dados que foram recolhidos no passado e que, de alguma forma, podem ser transportados para o presente. Por outro lado, a rádio utiliza o som como o único veículo transmissor da informação. Assim, facilmente se compreende a dificuldade do jornalista em transmitir a realidade para a mente dos ouvintes. Como tal, é compreensível que este se socorra de elementos históricos, conhecidos à partida pelo ouvinte, facilitando a sua compreensão da realidade uma vez que, como refere Traquina (2005), os *media* procuram estabelecer uma consonância entre a notícia e o seu contexto, já conhecido do público.

Contudo, esta comparação histórica não se resume ao número de manifestantes. Este recurso discursivo constitui uma forma eficaz de descrever a realidade até porque, como afirma Klapper (in Wolf, 1987), o público da rádio raramente se expõe aos conteúdos num estado de nudez psicológica. É o que acontece num dos eventos com maior cobertura mediática, a manifestação “Que se lixe a Troika – o povo é quem mais ordena”, realizada no dia 2 de Março, e que demonstra que os meios radiofónicos definem critérios selectivos que lhes permitem perceber quais os acontecimentos que possuem maior probabilidade de serem noticiados, tendo em conta a história destes eventos. Das notícias relacionadas com este evento, 75% delas fazem menção a protestos pretéritos, principalmente à manifestação “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!”, realizada no dia 15 de Setembro de 2012 (e.g. notícias 7, 8, 9, e 11) e

que ficou marcada pelo número elevado de manifestantes e por momentos de tensão junto à Assembleia da República e em frente aos escritórios do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Lisboa, sendo usada para caracterizar e, assim, auxiliar o ouvinte na construção da percepção da realidade. Desta forma são criados esquemas interpretativos que alteram a forma como o público e até os jornalistas interpretam os acontecimentos, enquadrando-o em situações e ambientes passados e que podem, assim, influenciar a percepção do presente.

O nome do evento e os motivos da sua realização são os elementos com menos representatividade, sendo-lhes atribuída pouca importância mediática.

4. Os participantes nos eventos: manifestantes e Polícia

Quanto aos participantes nestes eventos, atentemos às categorias A (manifestantes) e B (Polícia).

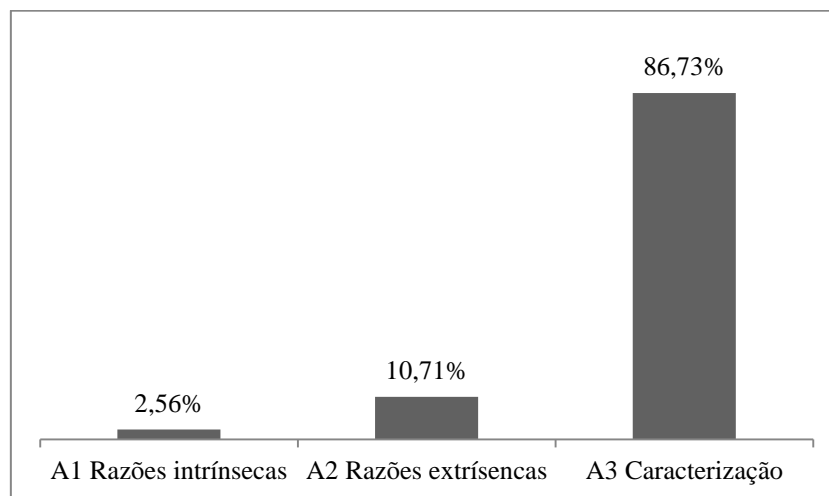


Figura 8. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Manifestantes (A).

Através do gráfico constatamos que, no que diz respeito aos manifestantes, os meios radiofónicos dão primazia à sua caracterização (A.3), em detrimento das razões intrínsecas (A.1) e extrínsecas (A.2) que os levaram a participar nas manifestações. Assim, e à semelhança do que verificámos quanto aos objectivos (F.5) e à justificação e aos motivos (F.6) dos eventos, constatámos que as razões que estão na origem dos protestos acabam por, na maioria das vezes, ser relegadas para segundo plano. A

caracterização dos manifestantes e dos seus comportamentos é o grande foco mediático (“Vieram famílias, vieram pessoas muito idosas, grupos de reformados, vieram muitos deficientes que desceram a avenida da liberdade em cadeira de rodas, vieram muitas crianças” – notícia 14; “(...) muitos cravos vermelhos, muitos braços no ar a dizer o povo é quem mais ordena” – notícia 13), procurando, desta forma, os elementos essenciais que descrevam a actuação dos manifestantes no evento e, assim, auxiliem na percepção daquilo que está ou esteve a acontecer.

Analisemos, agora, o discurso que é difundido pelos *media* acerca da Polícia (B).

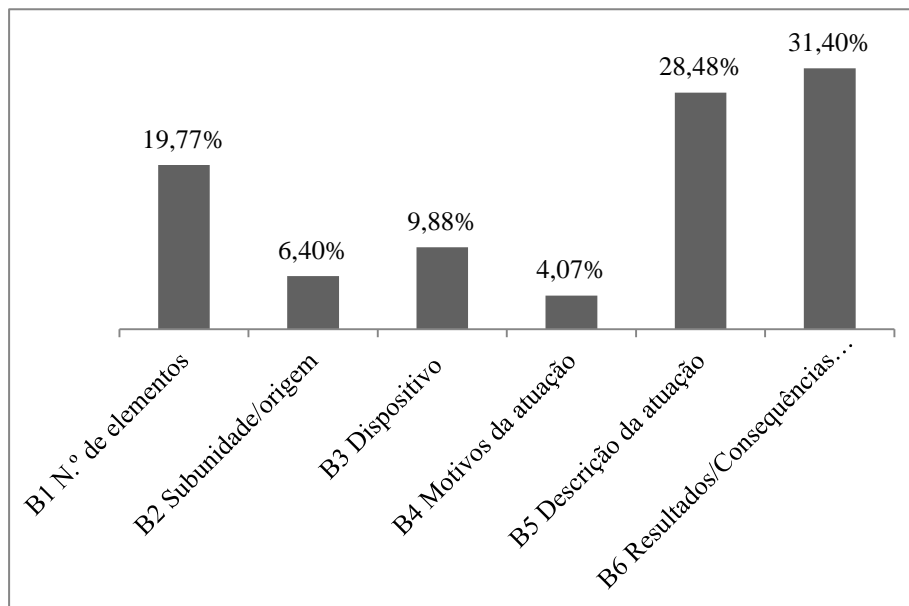


Figura 9. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria PSP (B).

Do gráfico podemos constatar que as consequências da actuação da Polícia (B.6) nestes eventos é o principal enfoque dos meios radiofónicos, pois como afirma Fielding (1991) o sensacionalismo inerente à maioria das temáticas policiais leva a que as suas acções sejam constantemente escrutinadas pelos *media*. Ainda que não tenham sido registados confrontos, este fenómeno decorre, principalmente, do facto de a polícia não ter agido na manifestação das Forças e dos Serviços de Segurança, impedindo a subida da escadaria da Assembleia da República por parte dos manifestantes. Assim, a actuação policial foi alvo de inúmeras críticas provenientes de vários sectores da sociedade, inclusivamente do Governo (e.g. “O primeiro-ministro (...) disse esperar que a substituição do director nacional da PSP sirva para impedir a repetição do que ontem se passou em S. Bento” – notícia 24). Na descrição destas consequências, verificámos

que 12,96% são referências negativas (e.g. “a polícia abriu um precedente ao tratar os manifestantes de ontem de uma forma diferente” – notícia 20). De seguida surge a descrição da actuação policial (B.5) que, ainda que constitua a segunda subcategoria com mais frequências, apenas comporta 2,98% do total de u.r. codificadas nesta análise. Assim, e sendo este o foco da investigação, tal não pode ser descurado do nosso estudo. Talvez porque a actuação policial nestes eventos não tenha ido ao encontro de alguns dos critérios de selecção substantivos aplicados pelos *media*, como o conflito ou a controvérsia e a infracção de normas ou regras (Traquina 2005; Wolf 1987), os OCS acabaram por dar primazia a determinadas características (que cativam grandes audiências) em detrimento da actividade policial, construindo *frames* que podem interferir na percepção da realidade. Aliás, as referências aos motivos que estão na origem da actuação policial (B.4) e que, de alguma forma, constituem uma maneira eficaz de descrever a realidade são menosprezados, constituindo uma das maiores lacunas informativas. A veiculação deste tipo de informação permitiria ao ouvinte enquadrar-se na situação e legitimar (efectuando uma avaliação intrínseca dos factos), ou não, a actuação da Polícia, aproximando a actividade jornalística da objectividade que é pretendida.

IV. Conclusões

Conceber as sociedades hodiernas implica considerar não só os seus circunstancialismos como, também, as estruturas que asseguram o seu funcionamento e impossibilitam a anarquia. Desta forma, é impossível pensar em sociedade sem considerar os OCS que dela fazem parte. Estes são os olhos dos indivíduos, dirimindo os limites físicos e permitindo saber de tudo em todo o lado (Wolton, 1997). Assim, dos OCS à constatação da sua importância social e, conseqüente, interferência institucional e individual é um pequeno passo. Para a Polícia, que vive da adequabilidade dos seus serviços aos circunstancialismos sociopolíticos e da legitimidade conferida por todos os cidadãos às suas acções, a actividade mediática constitui um forte constrangimento à estabilidade da sua imagem social, podendo, inclusivamente, afectar a sua estruturação.

As manifestações são, hoje, acontecimentos que reúnem a atenção de muitas pessoas, quer participem ou não nos eventos. Desta forma, a mediatização destes acontecimentos tem reflexos profundos, quer nos indivíduos que neles participam (e que, através dos *media*, interpretam os factos tendo em conta a sua experiência pessoal) quer nos que contactam com aquelas realidades apenas através da actividade dos OCS. Assim, um dos aspectos principais a ter em consideração, e que consta da nossa problematização, prende-se com o facto de os OCS definirem a sua agenda, relacionada com a actuação policial em manifestações políticas, em torno dos acontecimentos envoltos em polémica e que reúnam o interesse geral. Neste seguimento, e porque os eventos analisados foram marcadamente pacifistas, a constatação do descuramento da actuação policial foi algo transversal a todas as notícias analisadas, revelando-se num elemento fulcral da nossa pesquisa. Muito por culpa da pacificidade destes eventos, a aplicação, de forma inversa, dos critérios de selecção substantivos relacionados com o conflito ou a controvérsia e a infracção de normas ou regras (Traquina 2005; Wolf 1987), acaba por desviar a atenção dos OCS da actuação policial. Claro está que, de igual forma, se pode argumentar que a sua causa se cifra no facto de existir menos material susceptível de ser mediatizado. Contudo, tal argumento não nos parece válido uma vez que um dos pressupostos que, como refere Fontcuberta (2002), deve caracterizar a notícia é a veracidade, ou seja, a correspondência, fiel, à realidade. Assim, e ainda que não se registem confrontos nos eventos políticos estudados neste trabalho, a

realidade comporta, sempre, a actuação policial, o que deveria compelir os OCS a incluírem este aspecto nos seus conteúdos sempre que se debrucem sobre estes eventos.

Em contrapartida, os manifestantes alcançaram grande destaque noticioso. Quer seja através dos seus discursos (marcadamente sensacionalistas) quer seja pela caracterização do seu comportamento, os *media* captam a atenção do público. Desta forma, o sensacionalismo mediático como meio de obtenção de audiências e de lucros económicos acaba por se revelar outra das preferências dos jornalistas radiofónicos.

Chegados a este ponto, e confluindo para os problemas que foram levantados na formulação do problema de investigação, importa ter em consideração que os OCS possuem um papel decisivo na definição dos temas sobre os quais recairá a reflexão dos indivíduos (*agenda-setting*). Assim, podemos concluir que, em eventos marcadamente pacifistas, a vertente policial é relegada para segundo plano, passando os manifestantes a ocupar um lugar de destaque o que, em nosso entender, se pode basear na tentativa em cativar o público que acaba, assim, por se rever nos problemas que são expostos neste tipo de eventos. Contudo, aqui outro aspecto se coloca. A existência de valores-notícia acaba por compelir os OCS a criarem quadros de referência, muitas vezes motivados pela obtenção de vantagens económicas, tornando-se nos principais construtores de *frames*. Através dos diferentes níveis de importância que são dados aos vários aspectos que constituem estes acontecimentos, acabam por interferir na percepção que é construída pelo público e até pelos jornalistas, como é o caso das intervenções subjectivas presentes nos conteúdos noticiosos. Estas intervenções patenteiam, quase sempre, uma forte componente emocional, aumentando a intensidade dos discursos e, simultaneamente, a relevância de determinados aspectos na mente dos ouvintes.

No que concerne à rádio, foi possível verificar uma mudança na actividade jornalística a dois níveis. No primeiro, e referente à forma como é feita a cobertura mediática, constatámos que esta baseia-se, maioritariamente, em actividades *in loco* e em directo, procurando informação de última hora, ou seja, a novidade como refere Traquina (2005). Este aspecto, que contrasta com os resultados obtidos por Figueiredo (2012), denota que existe hoje uma clara noção deste OCS de que estes eventos são potencialmente noticiáveis. Este facto baseia-se, essencialmente, na sua componente histórica, demonstrativa de que estes são acontecimentos bastante apetecíveis para o público. E é precisamente o factor histórico que compõe o segundo nível. O discurso passa, igualmente, a recorrer a factores históricos, ocorridos em eventos análogos, e que são transpostos para os conteúdos noticiosos como forma de, através da comparação,

caracterizarem e descreverem o presente. Há poucos anos, estes fenómenos eram muito menos mediatizados. Contudo, actualmente a sua frequência e relevância social adquirida, muitas vezes, por acontecimentos marcantes na sociedade, obrigam a que lhes seja dado um tratamento diferenciado, mais cuidado. Desta forma, parece assistir-se à criação de uma história de eventos políticos em Portugal, onde o discurso jornalístico assume um importante papel, fazendo parte da história e, simultaneamente, construindo a sua própria história. Este aspecto suscitou, como se viu, a pertinência da abertura de uma nova subcategoria (F9), possibilitando a análise do tipo de referências ao passado e a forma como estas são enquadradas na descrição da realidade. Assim, as comparações históricas são variadas, e vão desde o número de manifestantes ao dispositivo policial.

Estes recursos históricos, para além de poderem criar ambientes que interferem na interpretação da realidade por parte dos jornalistas e do público (estruturas inferenciais), podem interferir, também, na relevância que é dada sobre alguns aspectos de um determinado assunto (Nelson & Oxley, in Druckman, 2001), promovendo a sua importância (*priming*) e criando enquadramentos que, à semelhança das estruturas inferenciais, podem interferir nas percepções construídas pelos ouvintes.

Contudo, e porque na génese de todo o nosso trabalho está a Polícia, parece-nos pertinente fazer menção a alguns aspectos que se relacionam com esta instituição. Aliás este é um dos aspectos problematizados no nosso trabalho e que pode contribuir para um melhoramento na forma como a Polícia se relaciona no meio social e mediático. Desde logo o facto de a maioria das fontes policiais, citadas de forma indirecta, não serem identificadas. Este facto pode contribuir para descredibilizar a Polícia aos olhos do público, uma vez que permite a difusão de ideias que podem não corresponder às posições oficiais da instituição. Contudo, e ainda que possam corresponder à realidade, é importante que o público perceba que as informações correspondem às ideias oficialmente reconhecidas pela instituição, promovendo a compreensibilidade da sua actuação. Deste modo, qualquer informação veiculada pelos *media*, segundo fontes policiais não identificadas, deveria ser alvo de um comentário posterior, protagonizado por um actor reconhecido pelo Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP) da PSP e que, assim, dote a informação de oficialidade ou, pelo contrário, desminta os dados que foram difundidos, oferecendo a visão oficial da instituição. Por outro lado, o serviço de ordem pública necessita de ser legitimado, de forma a reunir a compreensão das pessoas que participam nos eventos e das que o acompanham pelos *media* (Waddington, 2012). Assim, é evidente que o facto da Polícia apenas intervir nos OCS

antes da realização dos eventos pode não bastar para que a sua legitimidade saia reforçada. Muitas vezes existem situações envoltas em polémica que merecem um tratamento oficial por parte da instituição, dirimindo as possibilidades de serem propagadas falsas extrapolações, provenientes da pouca abertura da Polícia em explicar o que realmente aconteceu. Desta forma, concluímos que a informação constitui, hoje, um alicerce fundamental na estabilidade de qualquer instituição que queira reunir o acolhimento do sistema social onde se insere, o que apenas pode ser alcançado através de uma gestão comunicacional e informacional muito ponderada mas, simultaneamente, aberta a todos os cidadãos. O fechamento institucional estimula a especulação e o julgamento mediático (Greer & McLaughlin, 2010) que, quando imposto na agenda mediática, pode suscitar efeitos no público. Assim, a propagação de desinformação (Breton & Proulx, 2000), de *frames* ou o próprio agendamento são alguns dos fenómenos que podem advir destas situações e que possibilitam a ocorrência de interferências individuais (ao nível cognitivo, afectivo e comportamental), com repercussões ao nível social e, conseqüentemente, institucional.

Através do estudo das características atinentes a este tipo de discurso, é possível aferir algumas (possíveis) interferências na percepção que o público adquire da realidade, através dos *media*, e, simultaneamente, ajustar a forma como a PSP lida com o mediatismo das suas acções. Contudo, importa não esquecer que a Polícia e a sua actividade não se resumem aos eventos políticos. Desta forma, o estudo do discurso mediático acerca da actividade policial em eventos desportivos, por exemplo, constitui uma das possibilidades de desenvolvimento da investigação, o que traria um enorme enriquecimento científico nesta área. Aliás, o estudo comparativo entre o discurso que é produzido nestes eventos permitiria constatar as diferenças na forma como, tanto os OCS como a Polícia, lidam com as diferentes situações, aferindo a sua eficácia e/ou adequabilidade. Para além disso, a realização de um estudo que permitisse perceber a imagem que a população tem da Polícia, através da aplicação de inquéritos e/ou entrevistas, seria outro dos aspectos importantes para a compreensão deste fenómeno.

O tempo disponível para a realização deste trabalho constituiu uma das limitações à sua realização, restringindo a nossa análise às notícias radiofónicas difundidas durante o ano civil de 2013. Contudo, importa não esquecer que este trabalho se insere numa linha de investigação que pretende contribuir para que, através do estudo sucessivo ao longo do tempo, se possa adequar o serviço prestado pela PSP às necessidades das sociedades hodiernas e aos circunstancialismos nelas vigentes.

Referências

- Alves, J. A. (2005). *O poder da comunicação*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Anastacio, P. A., Karen, C. R., & Chapman, J. (1999). Can the media create public opinion? A social-identity approach. *Blackwell Publishers*, 8 (5), 152-155.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bordenave, J. (1983). *O que é a comunicação* (4ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Breton, P. (1999). *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola.
- Breton, P., & Proulx, S. (2000). *A explosão da comunicação* (2ªed.). Lisboa: Bizâncio.
- Bruner, J. (2008). *Actos de significado*. Lisboa: Edições 70.
- Caetano, J., & Rasquilha, L. (2004). *Gestão da comunicação*. Lisboa: Quimera.
- Cardet, R. (1988). *Manual de jornalismo* (6ª ed.). Lisboa: Editorial Caminhos.
- Carey, J. (1989). *Communication as culture: Essays on media and society*. London: Routledge.
- Castells, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, 1, 238-266.
- Castro, O. (1972). *Comunicação*. Lisboa: Granelo.
- Clemente, J. P. (1998). *Da polícia de ordem pública*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Correia, J. C. (1998). *Jornalismo e espaço público*. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.

- Correia, J. C. (2005). *Sociedade e comunicação: Estudos sobre jornalismo e identidades*. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã: Labcom.
- Correia, J. C. (2012). A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In I. Cunha, A. Cabrera, & J. P. Sousa (Orgs.), *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina* (pp. 80-102). Covilhã: Labcom.
- Crato, N. (1992). *Comunicação social: A imprensa* (4ª ed.). Lisboa: Presença.
- Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano 1958-1974*. Coimbra: Minerva.
- Druckman, J. (2001). On the limits of framing effects: Who can frame? *The Journal of Politics*, 63 (4), 1041-1066.
- Ericson, V. R., & Haggerty, K. D. (1997). *Policing the risk society*. New York: Oxford University Press.
- Esteves, J. P. (2012). *Agenda-setting e efeitos dos media: O desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista*. In I. Cunha, A. Cabrera, & J. P. Sousa (Orgs.), *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina* (pp.107-138). Covilhã: Labcom.
- Fidalgo, A. (1998). *Semiótica: A lógica da comunicação*. Covilhã: Labcom.
- Fielding, N. (1991). *The police and social conflict: Rhetoric and reality*. London: The Athlone Press.
- Fielding, N. (1995). *Community policing*. Oxford: Clarendon Press.
- Figueiredo, H. A. P. (2012). *A percepção da comunicação social acerca da actividade policial em grandes eventos de cariz político: Os meios radiofónicos* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fontcuberta, M. (2002). *A notícia: Pistas para compreender o mundo* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Ganz, P. (1995). *A reportagem em rádio e televisão*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e prática* (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Goldman, A. (1999). *Knowledge in a social world*. Oxford: Clarendon Press.
- Goffman, E. (1959). *Presentation of self in everyday life*. New York: Doubleday.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2010). We predict a riot? Public order policing, new media environments and the rise of the citizen journalist. *The British Journal of Criminology*, 50, 1041-1059.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2011). 'Trial by media': Policing, the 24-7 news mediasphere and the 'politics of outrage'. *Theoretical Criminology*, 15 (1), 23-46.
- Guerra, J. L. (2010). Avaliação de qualidade jornalística: desenvolvendo uma metodologia a partir da análise da cobertura sobre segurança pública. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo* (pp. 7-20). Covilhã: Labcom.
- Guimarães, T. (1990). *Descartes: Discurso do método*. Porto: Porto Editora.
- Hjarvard, S. (2008). The mediatization of society: A theory of the media as agents of social and cultural change. *Nordicom Review*, 29 (2), 105-134.
- Hudec, V. (1981). *O que é o jornalismo* (2ª ed.). Lisboa: Caminho.

- Hylander, I., & Guvå, G. (2010). Misunderstanding of out-group behaviour: Different interpretations of the same crowd events among the police officers and demonstrators. *Nordic Psychology*, 62 (4), 25-47.
- International Permanent Observatory on Security during Major Events (2007). *IPO Security planning model*. Torino: UNICRI.
- Jackob, N. G. E. (2010). No alternatives? The relationship between perceived media dependency, use of alternative information sources, and general trust in mass media. *International Journal of Communication*, 4, 589-606.
- Jensen, K. (2011). Meta-media and meta-communication: Revisiting the concept of genre in the digital media environment. *Journal of Media and Communication Research*, 51, 8-21.
- Klockars, C. B. (1985). *The idea of police* (Vol. 3). Beverly Hills: Sage Publications.
- Korbas-Magal, D. (2010). Risk communication as an operation meant to produce and share audiences. *Journal of Media and Communication Research*, 49, 68-80.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2ª ed.). London: Sage Publications.
- Lang, K. (2009). Mass society, mass culture, and mass communication: The meaning of mass. *International Journal of Communication*, 3, 998-1024.
- Lavoine, Y. (1986). *A rádio*. Lisboa: Vega.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Wading River: Harcourt Brace and Company.
- Littlejohn, S. (1988). *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Machado, H. J. D. (2012). *A comunicação social e a polícia: A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- McLeish, R. (2005). *Radio production* (5ª ed.). Oxford: Focal Press.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Meditsch, E., (1999). *A rádio na era da informação: Teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Coimbra: Minerva.
- Melo, R. (2001). *A rádio e a sociedade de informação*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Mendonça, R. F., & Simões, P. G. (2012). Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (79), 187-235.
- Miller, J. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28 (6), 689-717.
- Monet, J. (2002). *Polícias e sociedades na Europa* (Vol. 3). São Paulo: Ford Foundation.
- Morin, E. (1987). *O método* (2ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Osgood, C. (1982). *Método e teoria na psicologia experimental* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pais, L. G. (2004) *Uma história das ligações entre psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Pais, L. G., Felgueiras, S., Serra, A., Machado, H., & Pereira, H. (2013). Media perceptions on police activity in major political events: An overview of Portuguese context during 2011. *The anthology: GODIAC – Good practice for dialogue and communication as strategic principles for policing political manifestations in Europe* (pp. 205-217). Swedish National Police Board and GODIAC.

- Pereira, H. F. S. (2012). *Grandes eventos de cariz político: A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rebelo, J. (2002). *O discurso do jornal* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Rebelo, J., Ponte, C., Férin, I., Malho, M., Brites, R., & Oliveira, V. (2008). *Os públicos dos meios de comunicação social portugueses*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Rhomberg, M. (2010). Risk perceptions and public debates on climate change: A conceptualization based on the theory of a functionally-differentiated society. *Journal of Media and Communication Research*, 49, 55-67.
- Rodrigues, A. D. (1999). O acontecimento. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 27-33): Lisboa: Vega.
- Rodrigues, A. F. M. (2013). *A percepção da comunicação social sobre a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Romero, A. (1991). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Rothberg, D. (2010). O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo* (pp. 53-68). Covilhã: Labcom.
- Santos, J. P. M. (2013). *A comunicação social e a actividade policial: A percepção da imprensa sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar*. Porto: Campo das Letras.
- Saperas, E. (1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas: As recentes investigações em torno dos efeitos da comunicação de massas*. Porto: Asa.
- Sarmiento, C. M. (2009). *Política & segurança: Novas configurações do poder*. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Serra, A. O. (2012). *A comunicação social e a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Serra, J. P. (2002). Informação e democracia: O sentido da crítica *Rousseauiana* da informação. In J. C. Correia (Org.), *Comunicação e poder* (pp. 173-220). Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.
- Serra, J. P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Labcom.
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (1986). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, L. M. (2010). O jornalismo como teoria democrática. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e vitraço: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo* (pp. 7-20). Covilhã: Labcom.
- Silva, S. (2011). *Teorias da comunicação nos estudos de relações públicas*. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Sousa, J. (2000). *As notícias e os seus efeitos: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva.
- Sousa, J. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª ed.). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Tække, J., & Paulsen, M. (2010). Luhmann and the media. *Journal of Media and Communication Research*, 49, 1-10.

- Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional* (Vol. 2). Florianópolis: Insular.
- Uscinski, J. E. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public Influence. *Social Science Quarterly*, 90 (4), 796-815.
- Varela, T. J. M. (2013). *A atuação policial em grandes eventos de cariz político: O que noticia a Agência Lusa* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Devon, UK: Willan.
- Waddington, P. A. J. (1999). *Policing citizens*. London: UCL Press.
- Wolf, M. (1987). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Wolton, D. (1997). *Pensar a comunicação*. Algés: DIFEL.

ANEXOS

ANEXO 1. Estrutura inferencial

Por “estrutura inferencial” (Lang & Lang, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 24) entende-se a forma “como o mesmo conteúdo noticioso, relacionado com a política, pode ser construído de múltiplas configurações diferentes, estabelecendo esquemas interpretativos da realidade (*frames*) que alteram a forma como os produtores de notícias e a audiência interpreta a história”.

Estes *frames* acabam por adquirir enorme poder entre a comunidade jornalística, influenciando as suas reportagens e direccionando as “definições públicas numa rota particular” (Lang & Lang, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 24).

Contudo é importante referir que, qualquer afirmação de que os são os *media* quem define a estrutura inferencial ou que cria, propositadamente, notícias que possam modificar a opinião da audiência, é errada. Os *media* utilizam as variadíssimas fontes de informação existentes, procurando dar a conhecer o verdadeiro lado da história. Do mesmo modo, também é incorrecto garantir que os meios de comunicação não têm qualquer influência na forma como o público observa e interpreta a informação (retirando daí as suas conclusões), uma vez que a forma como o assunto é tratado e o enfoque que é dado acaba por influenciar a compreensão de determinado assunto. Desta forma, a estrutura inferencial explica “como as interpretações da audiência sobre a cobertura dos assuntos políticos difundidos pelos meios noticiosos reflectem e são determinadas pelo comportamento involuntário dos repórteres que, por outro lado, podem ser atribuídos às suas suposições acerca da audiência” (Greer & McLaughlin, 2010, p.1042).

Assim, através deste conceito é possível perceber de que forma é que os comportamentos voluntários ou involuntários (protagonizados pelos repórteres e que, maioritariamente, são criados tendo em conta o que pensam as fontes e o seu público) podem interferir na interpretação das notícias.

ANEXO 2. *Priming*

McCombs e Reynolds (in Miller, 2007, p. 690) afirmam que “a ligação entre os efeitos do *agenda-setting* e a subsequente expressão da opinião sobre figuras públicas ou outros objectos é designado por *priming*”. *Priming* é, portanto, a importância que determinado assunto tem para cada indivíduo, tendo em conta a cobertura que é feita pelos OCS. Contudo, e uma vez que somos seres racionais, é de esperar que consigamos retirar as nossas próprias conclusões do que é reportado, sem que nos deixemos influenciar pela maior ou menor acessibilidade de determinado assunto. Assim, “algumas considerações vêm para o primeiro plano da mente das pessoas, ou porque a sua construção é cronicamente acessível, ou porque foi disponibilizada recentemente por um estímulo externo.” (Miller, 2007, p. 692). O indivíduo é, portanto, capaz de filtrar os assuntos ou mesmo ignorá-los (quando a sua pertinência é pequena), independentemente da sua grande acessibilidade (Miller, 2007).

Para Miller (2007), um dos factores que mais incrementa a relevância dos assuntos é a reacção emocional que este provoca nos indivíduos. Marcus, Neuman, e MacKuen’s (in Miller, 2007) criaram a Teoria da Inteligência Afectiva (*Theory of Affective Intelligence*), afirmando que o cérebro monitoriza as nossas acções e os nossos comportamentos tendo em conta o ambiente que nos rodeia: caso esteja tudo bem, produz entusiasmo e estimula-nos a continuar; caso existam ameaças irão ser produzidas emoções negativas, nomeadamente ansiedade. Assim, e porque as emoções são um dos factores que interfere na valoração e compreensão das notícias, Miller (2007) afirma que, quando perante mensagens negativas, os indivíduos tendem a depositar nelas uma maior relevância. Contudo, existem algumas notícias que desencadeiam emoções positivas e que são classificadas, igualmente, de importantes, ainda que tal seja, para Miller (2007), muito improvável.

Outro dos motivos que leva o público a dedicar maior atenção a determinados temas prende-se com o facto de acreditar que, se as elites (onde se inserem os jornalistas e os políticos) consideram aquela matéria importante, então esta deve ser estudada e analisada profundamente, uma vez que lhe é reconhecida (pelas elites) extrema relevância (Miller, 2007). Assim, as fontes creditadas de credibilidade interferem, igualmente, na definição do *priming*.

ANEXO 3. *Trial by media*

Greer e McLaughlin (2010) definem o julgamento pelos *media* (*trial by media*) como a dinâmica de liderança dos meios noticiosos através da qual os indivíduos são julgados e condenados no “tribunal da opinião pública” (Greer & McLaughlin, 2010, p. 27). Por outras palavras, este fenómeno caracteriza-se por uma “execução pública numa sociedade do espectáculo” (Debord, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 27).

Quando não existem factos que possam contrariar esta ideia, instala-se um clima de “culpado até prova em contrário” (Greer & McLaughlin, 2010, p. 27). Os *media* passam a assumir a função dos tribunais, ainda que o seu objectivo seja diferente: tentam, a todo o custo, enfraquecer cada vez mais a reputação, a imagem e a credibilidade do “arguido”, privando-o de qualquer tipo de defesa. A rádio e a televisão, principalmente devido à pressão informativa, acabam por acelerar o descrédito da personalidade ou da instituição em causa, através da difusão de mensagens destrutivas que, com a sua repetição, fazem o público crer que tal é a interpretação mais correcta dos factos (Wolton, 1997).

Importa realçar que este escrutínio pode recair sobre uma personalidade, uma instituição, uma organização ou até um Estado. Os seus efeitos devem-se, em grande medida, à amálgama de emoções que este tipo de conteúdos provoca e que agrada, em grande medida, aos meios noticiosos, uma vez que conseguem índices elevados de audiência. Por outro lado, e como já foi referido relativamente ao *priming*, as emoções são um factor essencial na definição da importância que é dada às notícias. Desta forma, um processo de julgamento pelos *media* pode definir um inferencial dominante que, dada a sua natureza emocional, pode relevar no *priming* do público e, consequentemente, na sua opinião.

ANEXO 4. Cidadão-jornalista

O desenvolvimento tecnológico, em particular a proliferação da internet, tem amplificado o número de fontes de informação, facilitando o processo de difusão das notícias que dependem, agora, de um simples clique. O jornalismo feito pelo cidadão consiste em “acções espontâneas de pessoas comuns, apanhadas em situações extraordinárias e que se sentiram compelidas a adoptar o papel de um repórter” (Allan & Thorsen, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 1045). Isto significa que o cidadão-jornalista oferece maiores possibilidades de comunicação e, conseqüentemente, organização dos protestos políticos (Cottle, in Greer & McLaughlin, 2010), colocando a Polícia no meio de um processo complexo de fluxo de informações.

Se por um lado o aumento destas possibilidades pode viabilizar a transparência comunicativa, por outro a existência de indivíduos com diferentes agendas e necessidades permite que eles utilizem os *media* e a internet para representar os seus interesses (Greer & McLaughlin, 2010), através da *mass self-communication*, recorrendo a blogs ou o *youtube*, que permitem a confrontação com instituições sociais que, de outra forma, não seriam importunadas (Castells, 2010) e às quais não teriam acesso.

Com o desenvolvimento tecnológico, principalmente dos telemóveis, que permitem a captação e difusão de imagens ou de vídeos *in loco*, existe uma maior proximidade entre o receptor e a realidade, aparentando uma maior objectividade no que é noticiado, uma vez que se pressupõe que o conteúdo constitui, de facto, a realidade. Contudo, não podemos descurar que, para uma interpretação próxima da realidade, é necessário perceber o seu contexto. Assim, a manipulação, a simulação, o partidarismo e até a falta de responsabilidade são aspectos que devem ser tidos em conta antes de se fazer qualquer juízo de valor baseado em imagens ou vídeos captados por cidadãos jornalistas (Greer & McLaughlin, 2010). Por outro lado, a carga emocional que está aliada a este tipo de imagens pode, igualmente, interferir na sua interpretação, promovendo, muitas vezes, interpretações que em nada correspondem à realidade e que podem danificar profundamente a estrutura policial.

Assim, é fácil compreender que, actualmente, a proliferação do *citizen journalism* permite um escrutínio de toda a actuação policial, podendo influenciar em larga escala imagem da polícia (Greer & McLaughlin, 2010). Ainda que indivíduos não

possuam um lugar privilegiado na hierarquia da credibilidade - “eles não são conhecedores autorizados” (Ericson, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 1054), a sua “credibilidade deriva da capacidade em fornecer evidências visuais da realidade que constituem um recurso importante e eficaz na plataforma do mercado de ‘fazer notícias’” (McNair, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 1054).

ANEXO 5. Notícias que constituem o *corpus*

N.º	Evento	Data	Hora	Fonte	Título	ID
1	Manifestação dos professores (26 de Janeiro)	25/01/2013	08:31:00	Renascença	Autarca da Lapa pede fim das manifestações à porta do Parlamento	45832937
2	Manifestação dos professores (26 de Janeiro)	26/01/2013	18:02:00	TSF	FENPROF exige explicações após acidente que bloqueou autocarros	45863515
3	Manifestação dos professores (26 de Janeiro)	26/01/2013	18:02:00	Antena 1	FENPROF exige explicações após acidente que bloqueou autocarros	45863954
4	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	01/03/2013	07:01:00	TSF	Manifestação contra a troika e Sporting- FCP: PSP Lisboa não tem falta de meios	46414313
5	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	01/03/2013	07:02:00	Antena 1	Manifestação "Que se lixe a troika" marcada para amanhã	46414955
6	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	01/03/2013	08:00:00	TSF	Destaques	46415428
7	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	01/03/2013	08:00:00	Antena 1	Destaques	46415643
8	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	01/03/2013	08:01:00	Antena 1	Manifestação "Que se lixe a troika" marcada para amanhã	46415770
9	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	01/03/2013	08:06:00	Renascença	Manifestações anti-troika	46415564
10	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	01/03/2013	18:10:00	Antena 1	Miguel Macedo não está stressado com a manifestação de amanhã	46427093
11	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	02/03/2013	08:00:00	Renascença	Manifestação este sábado contra as medidas de austeridade	46444988
12	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	02/03/2013	08:01:00	TSF	Organização espera manifestação pacífica e transversal	46445548

N.º	Evento	Data	Hora	Fonte	Título	ID
13	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	02/03/2013	18:01:00	Antena 1	Manifestação contra as medidas de austeridade	46446625
14	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	02/03/2013	19:00:00	Antena 1	Manifestação contra as medidas de austeridade	46446706
15	Que se lixe a Troika! (...) (2 de Março)	03/03/2013	08:05:00	TSF	Manifestação "Que se lixe a troika"	46455598
16	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	21/11/2013	18:01:00	Antena 1	Manifestação das forças de segurança: Direto	50925966
17	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	21/11/2013	19:00:00	TSF	Manifestação das forças de segurança	50935448
18	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	22/11/2013	07:00:00	TSF	Polícias podem fazer "greve às multas" em Dezembro	50934511
19	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	22/11/2013	07:00:00	Renascença	Polícias invadem escadaria do Parlamento	50934825
20	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	22/11/2013	08:01:00	Antena 1	Manifestantes invadem escadarias da Assembleia da República	50935415
21	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	22/11/2013	08:31:00	TSF	Polícias podem fazer "greve às multas" em Dezembro	50935856
22	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	22/11/2013	08:30:00	Renascença	Polícias invadem escadaria do Parlamento	50935942
23	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	22/11/2013	19:00:00	Renascença	Destques	50964858
24	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	22/11/2013	19:00:00	Renascença	Pedro Passos Coelho rejeita apelos à violência	50964879

N.º	Evento	Data	Hora	Fonte	Título	ID
25	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	25/11/2013	18:00:00	TSF	IGAI abriu processo de averiguações aos acontecimentos de 5ª feira	50986404
26	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	25/11/2013	18:03:00	Antena 1	Processo de averiguações ao comportamento dos polícias durante a manifestação da passada quinta-feira	50986810
27	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	25/11/2013	19:04:00	TSF	Polícia dos polícias está a investigar incidentes no Parlamento	50995696
28	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	17/12/2013	18:00:00	Antena 1	Destques	51380206
29	Manifestação das Forças (...) (21 de Novembro)	17/12/2013	18:04:00	Antena 1	Relatório sobre actuação da polícia durante a manifestação	51380273
30	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	25/11/2013	19:03:00	TSF	CGTP diz que nada se ganha por se subir escadaria do Parlamento	50995683
31	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	26/11/2013	19:06:00	Antena 1	Protesto da CGTP em Coimbra à porta dos CTT	51017784
32	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	27/11/2013	07:01:00	Antena 1	Ministérios vão ter segurança reforçada depois das ocupações realizadas ontem pela CGTP	51015614
33	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	27/11/2013	07:03:00	Renascença	Invasão de ontem a 4 ministérios numa ação promovida pela CGTP deverá obrigar à manutenção do reforço da segurança policial	51015862
34	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	27/11/2013	08:00:00	TSF	Destques	51016171
35	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	27/11/2013	08:01:00	TSF	CGTP: SIS não avisou PSP para possibilidade de invasão dos ministérios	51016288
36	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	27/11/2013	08:01:00	Antena 1	Ministérios vão ter segurança reforçada depois das ocupações realizadas ontem pela CGTP	51016518
37	CGTP - Greve Geral (26 de Novembro)	27/11/2013	08:30:00	Antena 1	Ministérios vão ter segurança reforçada depois das ocupações realizadas ontem pela CGTP	51016742

ANEXO 6. Pedido de autorização à base CISION




MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto para a Unidade
Orgânica de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP - Largo da Penha de França, 1
1199 - 010 Lisboa

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		355/SEC-DE/2013	2013-12-11
		Processo:	
		Classificador: 080.01.10	

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Um dos alunos do 5.º ano do CMICP, Aspirante a Oficial de Polícia Nuno Filipe Miguel da Silva, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar subordinado ao tema "A actividade policial nos grandes eventos políticos: A influência das notícias radiofónicas na percepção social", do qual é Orientadora a Prof.ª Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V.ª Ex.ª que requeira ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP autorização para a consulta da base CISION.

3. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias radiofónicas, relativas à atuação policial nos grandes eventos políticos, durante o ano de 2013. A análise dessas notícias constituirá a componente empírica que suportará todo o trabalho a ser desenvolvido.

4. Mais se informa V.ª Ex.ª que o Aspirante a Oficial de Polícia Nuno Silva se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente

ANEXO 7. Grelha categorial

Categorias		Subcategorias
A	Manifestantes	A1 Razões intrínsecas
		A2 Razões extrínsecas
		A3 Caracterização
B	PSP	B1 N° de elementos policiais
		B2 Subunidade/origem
		B3 Dispositivo
		B4 Motivos da actuação
		B5 Descrição da actuação
		B6 Resultados/Consequências da actuação policial
C	Discurso Directo	C1 Manifestante
		C2 Fonte Policial
		C3 Político
		C4 Membros do Governo
		C5 Perito/comentador/especialista
		C6 Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma
		C7 Sindicatos
		C8 Palavras de ordem
		C9 Outros
D	Instâncias	D1 Governo
		D2 Assembleia da República
		D3 Agências Noticiosas
		D4 Instituições judiciais
		D5 Instituições
E	Discurso Indirecto	E1 Manifestante
		E2 Fonte Policial
		E3 GNR
		E4 Político
		E5 Membros do Governo
		E6 Perito/comentador/especialista
		E7 Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma
		E8 Sindicatos
		E9 Outros
F	Enquadramento	F1 Data/ hora
		F2 Local
		F3 Nome do evento
		F4 Percurso
		F5 Objectivos
		F6 Justificação
		F7 Caracterização
		F8 N.º Manifestantes
		F9 História
G	Sistema Explicativo Espontâneo	G1 Actuação policial
		G2 Manifestantes
		G3 Enquadramento/Descrição do Evento

A – Categoria “**Manifestantes**” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “**Razões intrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex.: "*Estou preocupado com o nosso futuro e com o futuro dos meus filhos*" – notícia 14.

A.2 – Subcategoria “**Razões extrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex.: "*O povo saiu à rua numa tarde de Março para contestar a política do governo*" – notícia 14.

A.3 – Subcategoria “**Caracterização**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex.: "*Gritos, que esperam as forças de segurança, que cheguem mais longe*" – notícia 20.

B – Categoria “**PSP**” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua atuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “**N.º de elementos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex.: "*Estão destacados 500 agentes para seguir a manifestação*" – notícia 12.

B.2 – Subcategoria “**Subunidade/origem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex.: "*Há muitos elementos do trânsito aqui mas a verdade é que se vê pouca polícia das brigadas de intervenção rápida*" – notícia 16.

B.3 – Subcategoria “**Dispositivo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex.: "*Junto ao parlamento está já montado um dispositivo de segurança*" – notícia 17.

B.4 – Subcategoria “**Motivos da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex.: "*O porta-voz do comando metropolitano da PSP garante que não houve detenções e que as duas pessoas foram identificadas junto a estação da trindade por suspeita de terem atirado balões com tinta contra infra-estruturas e monumentos da cidade*" – notícia 15.

B.5 – Subcategoria “**Descrição da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex.: "*A barreira de segurança cedeu sem resistência quando os polícias subiram as escadarias*" – notícia 19.

B.6 – Subcategoria “**Resultados/Consequências da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex.: "*A manifestação acabou sem detidos ou identificações*" – notícia 19.

C – Categoria “**Discurso Directo**” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex.: "*Ah eu estarei lá, seguramente que estarei no palco no meio daqueles 80 ou 100 que lá estarão porque é a capacidade que o palco tem e, portanto, mais os milhares que estarão cantaremos todos a Grândola*" – notícia 8.

C.2 – Subcategoria “**Fonte policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex.: "*São dois eventos diferentes. Um é um evento desportivo e outro será um evento social que está consagrado constitucionalmente*" – notícia 4.

C.3 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex.: "*A manifestação em si é absolutamente legítima*" – notícia 20.

C.4 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex.: "*Tenho a certeza de que a mensagem foi clara e de que não precisará mais de ser reafirmada*" – notícia 26.

C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex.: "*Isto é claramente um sério aviso para o governo que certamente irá ponderar e avaliar tudo aquilo que aconteceu hoje nas escadarias da assembleia da república*" – notícia 26.

C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex.: "*E quem dos colegas ainda não preencheu deve preencher uma reclamação*" – notícia 3.

C.7 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex.: "*É uma questão de nós percebermos perfeitamente que aqueles que subiram a escadaria foi um acto espontâneo e de revolta*" – notícia 19.

C.8 – Subcategoria “Palavras de ordem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex.: "*Passos e Jardim rua!*" – notícia 14.

C.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex.: "*Não, não. Eu estou no meu turno e ponho o taxímetro a contar mas sou eu que pago não recebo o dinheiro*" – notícia 18.

D – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex.: "*Todos os ministérios do governo vão continuar com segurança reforçada*" – notícia 36.

D.2 – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex.: "*A Grândola cantada no Terreiro do Paço foi bem audível na Assembleia da República*" – notícia 14.

D.3 – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex.: "*A jornalista da Antena 1 (...)*" – notícia 20.

D.4 – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

D.5 – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex.: "*A IGAI, a Inspeção-Geral da Administração Interna, está a passar a pente fino tudo o que se passou na 5ª feira (...)*" – notícia 25.

E – Categoria “**Discurso Indirecto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos atores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex.: "*Uma brincadeira perigosa, alerta o cantor*" – notícia 8.

E.2 – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex.: "*O DN cita fonte policial que diz que terá havido uma falha de previsão do SIS*" – notícia 34.

E.3 – Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex.: "*A GNR diz agora que conta ter o problema resolvido daqui por uma hora*" – notícia 2.

E.4 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex.: "*O social-democrata João Ferro fala em transtornos semanais para o normal funcionamento da freguesia*" – notícia 1.

E.5 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex.: "*O ministro da Administração Interna comenta apenas que se trata do exercício de um direito*" – notícia 17.

E.6 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

Ex.: "*Um protesto que o comentador da política da Antena 1, Raúl Vaz, entende como um sério aviso*" – notícia 20.

E.7 – Subcategoria **“Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex.: "*A organização destas manifestações fala em meio milhão de pessoas nas ruas*" – notícia 13.

E.8 – Subcategoria **“Sindicatos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex.: "*Para a associação que representa os militares da GNR a mensagem não foi propriamente clara, foi intimidatória*" – notícia 26.

E.9 – Subcategoria **“Outros”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex.: "*Margarida Blasco, a inspectora-geral esclareceu esta tarde que não há ainda nenhum processo de inquérito ou processo disciplinar*" – notícia 25.

F – Categoria **“Enquadramento/Descrição”** - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria **“Data/hora”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex.: "*Amanhã isso não irá acontecer*" – notícia 5.

F.2 – Subcategoria **“Local”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex.: "*Em Lisboa o ponto de encontro é no Marquês de Pombal (...)*" – notícia 12.

F.3 – Subcategoria **“Nome do evento”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex.: "*(...) no seguimento da manifestação «Que se lixe a troika»*" – notícia 15.

F.4 – Subcategoria “**Percurso**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex.: *"São largas centenas que se preparam para desfilar até a Assembleia da República"* – notícia 16.

F.5 – Subcategoria “**Objectivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex.: *"Não vamos largar a luta, vamos continuar na luta enquanto o governo não nos der uma resposta que vá ao encontro das expectativas"* – notícia 18.

F.6 – Subcategoria “**Justificação/Motivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex.: *"(...) mas ao todo vão ser 40 palcos espalhados pelo país para mostrar cartão vermelho as políticas de austeridade e a quem as conduz"* – notícia 5.

F.7 – Subcategoria “**Caracterização**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex.: *"É aí que se concentram o que chama as 5 marés, da educação, saúde, reformados, a maré feminista e arco-íris"* – notícia 12.

F.8 – Subcategoria “**N.º de manifestantes**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex.: *"O movimento "Que se Lixe a troika" mostra-se confiante e espera milhares de portugueses indignados (...)"* – notícia 8.

F.9 – Subcategoria “**História**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que façam algum tipo de referência a eventos análogos ocorridos no passado.

Ex.: *"Em 2012 as forças de Segurança contaram 92 manifestações no largo fronteiro à Assembleia da República"* – notícia 1

G – Categoria “**Sistema Explicativo Espontâneo**” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar atores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “Actuação policial”

Ex.: "*(...) e um dispositivo de policia fraquinho para este tipo de situação*" – notícia 16.

G.2 – Subcategoria “Manifestantes”

Ex.: "*Eu atiraria com um número a rondar meio milhão de pessoas, e há raiva, há ternura, nas caras, nas vozes, nos cartazes aqui expostos*" – notícia 13.

G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”

Ex.: "*Mais radical na forma [a manifestação]*" – notícia 8.

ANEXO 8. Resultados obtidos da análise das notícias

	Categorias	Σ u.r.	Subcategorias	Σ u.r.
A	Manifestantes	196	A1 Razões intrínsecas	5
			A2 Razões extrínsecas	21
			A3 Caracterização	170
B	PSP	172	B1 N.º de elementos policiais	34
			B2 Subunidade/origem	11
			B3 Dispositivo	17
			B4 Motivos da actuação	7
			B5 Descrição da actuação	49
			B6 Resultados/Consequências da actuação policial	54
C	Discurso Directo	308	C1 Manifestante	92
			C2 Fonte Policial	7
			C3 Político	19
			C4 Membros do Governo	46
			C5 Perito/comentador/especialista	10
			C6 Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma	34
			C7 Sindicatos	41
			C8 Palavras de ordem	13
			C9 Outros	46
D	Instâncias	184	D1 Governo	77
			D2 Assembleia da República	43
			D3 Agências Noticiosas	9
			D4 Instituições judiciais	0
			D5 Instituições	55
E	Discurso Indirecto	137	E1 Manifestante	5
			E2 Fonte Policial	22
			E3 GNR	2
			E4 Político	5
			E5 Membros do Governo	33
			E6 Perito/comentador/especialista	5
			E7 Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma	34
			E8 Sindicatos	6
			E9 Outros	25
F	Enquadramento	607	F1 Data/ hora	82
			F2 Local	108
			F3 Nome do evento	15
			F4 Percurso	31
			F5 Objectivos	29
			F6 Justificação	7
			F7 Caracterização	229
			F8 N.º Manifestantes	62
			F9 História	44
G	Sistema Explicativo Espontâneo	39	G1 Actuação policial	6
			G2 Manifestantes	29
			G3 Enquadramento/Descrição do Evento	4
Total de u.r.				1643